

## EDITORIAL

O Curso de Ciências Econômicas da FAE Centro Universitário disponibiliza a publicação comemorativa do aniversário de décimo ano da revista eletrônica mensal *Vitrine da Conjuntura*, relativa a março de 2018. A presente edição traz as partes fixas, representadas pelo Panorama Econômico e os Indicadores, e quatro artigos que debatem o cotidiano econômico e político brasileiro.

O primeiro texto avalia a superação da recessão e as chances de ocorrência de uma retomada do crescimento econômico do País, com base nas estimativas de produto interno bruto (PIB), disponibilizadas pelo IBGE.

A segunda contribuição discute algumas sinalizações de nova deterioração da confiança dos agentes econômicos da nação, apesar da melhora do quadro dos principais indicadores econômicos.

A terceira abordagem defende a necessidade de ocorrência de uma verdadeira depuração democrática do Brasil em 2018, por conta da multiplicação das injunções políticas e institucionais que, além de turvar os horizontes no ambiente doméstico, vem comprometendo a posição competitiva da nação no front internacional.

O quarto artigo descreve os excepcionais resultados exibidos pelo comércio exterior brasileiro, em 2017, que serviram, inclusive, para ajudar a reverter a dramática conjuntura recessiva que atingiu a nação durante três anos.

A equipe da *Vitrine* agradece a todos os que contribuíram e/ou apoiaram as exposições técnicas, acerca da dinâmica econômica mundial, nacional e local, contempladas pela Revista, ao longo da última década.

Ótima leitura.

Paz e Bem.

Gilmar Mendes Lourenço

Editor.



# Equipe Técnica



**Carlos Ilton Cleto**

Economista, doutor em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina e professor da FAE.



**Gilmar Mendes Lourenço**

Economista, mestre em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina e professor da FAE.



**Rafael Polay Alcântara**

Acadêmico do Curso de Ciências Econômicas da FAE.

**PIB DE 2017: FIM DA RECESSÃO; ATÉ QUANDO?**

*Gilmar Mendes Lourenço*

Os dados de evolução da economia brasileira, relativos ao ano 2017, sintetizados no produto interno bruto (PIB), disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelam a superação do quadro recessivo, acontecido entre abril de 2014 e março de 2017, e o ingresso num estágio de estagnação. Aliás, tais fenômenos são característicos da dinâmica cíclica de estados capitalistas carentes de atividades de planejamento do desenvolvimento, sobretudo aquelas com horizonte temporal de médio e longo prazo.

De fato, depois de encolher -6,9%, no biênio 2016-2017, a principal grandeza macroeconômica nacional observou acréscimo de apenas 1,0%, em 2017, puxada pela combinação virtuosa entre resposta da demanda doméstica ao recuo consistente da inflação e dos juros e efeitos da continuidade da generalizada recuperação do comércio internacional, agraciada pelo estancamento da desaceleração chinesa e a reação dos preços das commodities.

Mais precisamente, o desempenho positivo foi determinado, setorialmente, pela agropecuária (13,0%) e indústrias extrativas (4,3%), havendo ainda tímidas elevações do comércio (1,8%) e indústria de transformação (1,7%) e substancial retração na construção civil (-5,0%). Pela ótica da demanda agregada, os sinais ascendentes foram emitidos pelas exportações (5,2%) e consumo das famílias (1,0%), com comportamento negativo das compras governamentais (-0,6%) e da formação bruta de capital fixo (-1,8%), fazendo a taxa de investimento cair de 16,4% do PIB, em 2016, para 15,6% do PIB, em 2017, o menor nível da história.

A grande indagação que se levanta compreende as chances de a modesta reativação dos níveis de atividade vir a se transformar em robusta retomada do crescimento econômico da nação. Até porque, analistas de mais de cem instituições financeiras, com opiniões extraídas semanalmente pela pesquisa Focus do Banco Central, projetam expansão de 2,9% e 3,0% do PIB brasileiro em 2018 e 2019, respectivamente.

*A situação desejável  
abrangeria o  
prosseguimento da  
atmosfera virtuosa  
no front externo, com  
ajustes graduais e  
moderados nas taxas de  
juros globais.*

Não obstante as dificuldades inerentes aos esforços de previsões macroeconômicas, sobretudo em circunstâncias de exacerbação das incertezas quanto ao curso do ambiente exógeno e doméstico, reforçado pelas turbulências políticas, parece razoável o estabelecimento de algumas premissas balizadoras do delineamento de cenários.

Decerto, a situação desejável abrangeria o prosseguimento da atmosfera virtuosa no front externo, com ajustes graduais e moderados nas taxas de juros globais, de modo a conter ímpetos inflacionários, em paralelo ao revigoramento dos mercados compradores dos principais produtos exportados pelo Brasil.

Por enquanto, a postura arisca dos mercados de risco não coaduna com o equilíbrio sincrônico dos principais pedaços da economia mundial. Em outros termos, estatísticas anualizadas revelam, nos Estados Unidos, avanço 2,5% do PIB, desemprego de 4,1% da população economicamente ativa (PEA), inflação de 2,1% e taxa dos Fed Funds entre 1,25% a.a. e 1,50%. Sem contar que a gestão Trump não tem efetuado grandes estripulias na área econômica.

De seu turno, Zona do Euro ostenta variação de 0,6% do PIB, inflação de 1,2%, desemprego de 8,7% e juros próximos de zero; China exhibe incremento de 7,0% do PIB, desemprego de 3,9%, inflação de 1,8% e juros de 4,3%; e Japão exprime ampliação de 1,8% do PIB, inflação de 1,0%, desemprego de 2,8% e juros de -0,10%.

Em bom português, ou economês, isso significa que a ascensão da economia global, desde os primórdios da presente década, cada vez mais disseminada geograficamente, tem se reproduzido de forma plena no mercado de trabalho, sem a geração de maiores tensões no campo dos preços ou focos especulativos nas carteiras de ativos, o que permite descartar a ocorrência de alterações bruscas na remuneração dos papéis controlados pelos bancos centrais.

Nessas condições, a autoridade monetária brasileira poderia adotar novas rodadas de diminuição dos juros primários, em linha com o controle das pressões inflacionárias, o que favoreceria a consolidação, ao longo do corrente ano, da revitalização do mercado de ocupações e da diminuição das margens de capacidade ociosa da indústria.

Partindo da pressuposição de interrupção da tramitação das mudanças institucionais (tributária, fiscal, financeira, patrimonial e previdenciária) no Congresso Nacional, absolutamente essenciais para a restauração do equilíbrio estrutural das finanças públicas e a impulsão da eficiência da microeconomia, ficará para o escolhido pelas urnas para ocupar a cadeira presidencial, a partir de janeiro de 2019, e detentor de inquestionável capital político, a tarefa de preparação e exaustiva discussão coletiva de uma agenda de desenvolvimento.

Se, o contrato acordado ao longo do evento eleitoral de 2018 apresentar traços e propostas reformistas, emergirão referências concretas para a edificação da retomada do crescimento em bases duradouras e a abertura de flancos para a transformação do País em um verdadeiro canteiro de obras, diante dos flagrantes atrasos das inversões infraestruturais, suficientes para provocar o aborto qualquer movimento progressivamente ascendente da produção e negócios.

De outra parte, arranjos sociais legitimados também poderão ensejar a priorização do triângulo cujos vértices repousam em educação, inovação e eficiência, indispensáveis à inserção do parque fabril brasileiro naquilo que não poucos resolveram batizar de quarta revolução industrial, variante da terceira, focada na tecnologia da informação, robotização e inteligência artificial, e catapulta da produtividade dos processos.

Do contrário, se a retórica populista (de qualquer lado) for brindada com um mandato democrático, é lícito admitir a abdicação da preservação da estabilidade macroeconômica, o retorno da farra fiscal e da utilização pouco criteriosa dos recursos das agências de fomento públicas e, por extensão, o plantio das sementes de nova safra recessiva.

**BRASIL: ECONOMIA REAL, CONFIANÇA E JUROS**

*Gilmar Mendes Lourenço*

A generalizada, embora discreta, recuperação dos níveis de atividade da economia brasileira, demonstrada pelos principais indicadores correntes relativos ao último quadrimestre do exercício de 2017, em resposta ao consistente declínio da inflação e dos juros e reforçada pela extraordinária performance do comércio exterior, afetou positivamente o estado geral das expectativas, aspecto comprovado pela progressiva restauração da intenção de consumo das famílias, constatada desde setembro do ano passado pela Confederação Nacional do Comércio (CNC).

Em contrapartida, alguns parâmetros ligados à confiança dos demais agentes externos e domésticos, no permanente revigoramento das condições virtuosas à multiplicação dos patamares de produção e negócios no País, revelam flagrante fragilização.

O primeiro embaraço repousa na diminuição do conceito de crédito brasileiro de BB para BB-, pela agência de classificação de risco Fitch, em 23 de fevereiro de 2018, acompanhando a decisão tomada pela Standard & Poor's (S&P), em janeiro deste ano, episódio que serviu para consolidar a marcha de sucessivas avaliações desfavoráveis, iniciada em setembro de 2015. Naquela ocasião, a S&P retirou o grau de investimento do País, considerado uma espécie de selo de bom pagador, conquistado em 2008.

A ausência de empenho na implementação das reformas estruturais, imprescindíveis à recomposição do equilíbrio das finanças governamentais e estabilização da relação passivo público/PIB, em médio prazo, por parte de um executivo que não governa - é refém da banda podre do congresso mais corrupto desde os primórdios da república -, constituiu o elemento determinante das escolhas e deliberações da S&P e Fitch, que resultaram na colocação da nação três degraus abaixo do investment grade, senha para a obtenção de capitais de empréstimos a juros menores no mercado financeiro internacional e a atração de investidores institucionais.

A interrupção da tramitação da reforma da previdência, sob a justificativa legal de intervenção na segurança pública do estado do Rio de Janeiro, fator impeditivo da aprovação de qualquer tipo de emenda à Constituição, e respectiva substituição por um elenco de quinze antigas "pautas prioritárias", pouco articuladas e de eficácia duvidosa, muitas das quais tramitam há tempos no Congresso, representaram verdadeiros gols-contras, observados criteriosamente pelas entidades globais de apreciação de risco de calote de dívidas e incorporados em suas análises.

A segunda restrição advém de estudo da Transparência Internacional que apontou a subida do Brasil do 79º para o 96º lugar, entre 2016 e 2017, no ranking mundial do índice de percepção da corrupção (IPC) no setor público, preparado com base na opinião de especialistas e executivos de corporações, a respeito de 180 países, considerando aspectos como propina, desvios de haveres, burocracia, nepotismo e habilidade e esforço dos governantes no enfrentamento da corrupção.

Trata-se de uma variável de difusão, que varia entre zero (denotando corrupção plena) e cem (sinalizando integridade das instâncias públicas). A pesquisa verificou que mais de dois terços dos países acompanhados exibiram score inferior a 50, em 2017, evidenciando severas falhas no combate à corrupção.

Ao obter nota 37, o Brasil expressou o pior resultado desde 2014, quando ocupava o 69º posto, situando-se atrás de Arábia Saudita, Burkina Faso, Sri Lanka, Ruanda e Timor-Leste, e empatado com Colômbia, Indonésia, Panamá, Peru, Tailândia e Zâmbia. O certame vem sendo liderado por Nova Zelândia, Dinamarca, Finlândia e Noruega, tidas como nações menos corruptas. Frise-se que a investigação não abarca os efeitos da desistência da administração federal na aprovação das modificações no arcabouço previdenciário, ainda em 2018, depois do dispêndio de fortunas em propaganda institucional.

Sintomaticamente, o terceiro abalo, ainda leve, engloba a queda do índice de confiança do empresário industrial (ICEI), medido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) de 59,0 pontos para 58,8 pontos, entre janeiro e fevereiro de 2018. Mesmo assim, situa-se acima da média histórica de 54,1 pontos e equivale ao segundo maior nível desde abril de 2011. Lembre-se que o indicador varia entre zero e cem pontos, sendo que 50 pontos representa a linha divisória entre otimismo e pessimismo.

*O retorno da tendência ascendente do preço do dinheiro ao tomador final prejudica o consumo, giro e investimento.*

O quarto inconveniente equivale ao retorno da tendência ascendente do preço do dinheiro, ao tomador final, prejudicando o consumo, giro e investimento. De acordo com o Banco Central, a relação crédito/PIB caiu de 47,1% para 46,6%, entre dezembro de 2017 e janeiro de 2018, enquanto os juros cobrados para capital de giro, crédito pessoal e cheque especial para pessoas físicas aumentaram, respectivamente, de 17,9% ao ano para 18,8% a.a., de 44,3% a.a. para 46,1% a.a. e de 323,0% a.a. para 324,7% a.a., no mesmo período.

A pronunciada concentração bancária, extremamente nociva à concorrência e democratização do crédito, e o elevado endividamento do governo e no Brasil estão na raiz da anomalia representada pelas marchas contrárias realizadas pelos juros Selic e aqueles praticados pelas instituições financeiras nas demais modalidades de empréstimos e financiamentos. O lucro conjunto de apenas quatro conglomerados (Banco do Brasil, Itaú, Bradesco e Santander), que respondem por mais de 60,0% do montante das operações ativas, chegou a R\$ 64,9 bilhões, em 2017, superando em 21% os excedentes contabilizados em 2016.

A par disso, embora o rendimento médio real dos trabalhadores tenha se mantido estável, por conta da desinflação, a taxa de desocupação subiu de 11,8% da população economicamente ativa (PEA), para 12,2% da PEA, entre os trimestres móveis encerrados em dezembro de 2017 e janeiro de 2018, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), Contínua, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Há 12,7 milhões de pessoas desempregadas à procura de trabalho no País.

Mesmo partindo do pressuposto de não ocorrência de choques exógenos e mudanças radicais nos fundamentos da estabilização macroeconômica nacional, em meio a um ciclo eleitoral bastante conturbado, em 2018, parece lícito prospectar múltiplas e complexas tarefas a serem executadas a partir de 2019, por uma gestão portadora de autêntico capital político.

## A DEPURAÇÃO DO BRASIL EM 2018

*Gilmar Mendes Lourenço*

O conteúdo das manifestações do governo e mercados, no princípio de 2018, engrossadas por frações expressivas dos meios de comunicação e formadores de opinião, apoiou-se no diagnóstico de recuperação da estabilidade econômica e ocorrência de aragem do terreno político, no ano de 2017, ingredientes imprescindíveis à viabilização da aprovação da reforma da previdência e produção de um clima propício ao ciclo eleitoral, amparado em provável enfraquecimento das alternativas radicais e no florescimento de soluções de centro.

Não é necessário ser um analista rigoroso para perceber que tal argumentação veio revestida de doses cavalares de otimismo, absolutamente dissociada do roteiro e das cenas do filme oferecido pelas autoridades, à sociedade brasileira, desde o impedimento da ex-presidente Dilma, em maio de 2016, cujos contornos foram melhores definidos especialmente em 2017.

Os agentes econômicos mais afoitos e/ou sedentos pelo retorno dos tempos de maior dinamismo dos negócios tentaram, numa espécie de exercício de autoengano, convencer-se de que a economia teria se descolado da política. Isso porque, delineou-se, mesmo que de maneira moderada, desde o segundo trimestre de 2017, um quadro de reativação dos níveis de atividade em paralelo à deterioração do funcionamento, isolado ou concatenado, das instituições executivas, legislativas e judiciárias.

Aqueles arautos da esperança ignoraram que o resgate de alguns fundamentos do equilíbrio macroeconômico, particularmente o declínio da inflação, dos juros e do desemprego, ao ensejar a formação de um ambiente de recuperação da confiança privada (empresários e consumidores) tornaram os horizontes políticos menos turvos, conferindo-lhes fôlego adicional para a concretização de ajustes essenciais e, por incrível que pareça, a realização de mais estripulias.

Diga-se de passagem, a combinação virtuosa entre desinflação, recuo dos juros e reação do mercado de trabalho derivou de medidas acertadas tomadas por Joaquim Levy, ministro da fazenda no primeiro ano do segundo mandato de Rousseff, a contragosto da aliança hegemônica de poder, centradas na feitura do “serviço sujo” destinado à correção do intervencionismo populista praticado na área de preços administrados e câmbio, na primeira gestão da presidente.

Isso é tão verdadeiro que a equipe econômica de Temer, principalmente o BC, demorou quase meio ano, a partir de maio de 2016, para render-se às evidências antiinflacionárias, sintetizadas na profunda recessão, elevação da oferta agrícola e subida da economia global, para desencadear uma pronunciada marcha de redução da taxa Selic, que encolheu de 14,25% ao ano, em outubro de 2016, para 6,75% a.a., em janeiro de 2018.

Na verdade, com o objetivo de evitar a multiplicação dos embaraços ou obstáculos ao gerenciamento da travessia – a desejada ponte para o futuro, levantada em outubro de 2015, em convenção do PMDB, teria se transformado em pinguela eleitoral, de acordo com frase proferida pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso -, encampado pelo atual governo, buscou-se esconder, da esmagadora maioria dos atingidos pelas decisões emanadas dos poderes centrais, a escandalosa articulação promíscua, celebrada nos “andares de cima” da república desde o impeachment de Dilma.

É claro que a ex-mandatária foi afastada em consequência do rigoroso cumprimento de um conjunto de requisitos, característico de crime de responsabilidade, particularmente a cobertura de rombos dos programas sociais por agências financeiras públicas e a assinatura de decretos de suplementação

orçamentária sem a aprovação do congresso.

No entanto, em vez de estar atrelada às pressões exercidas pelos movimentos de rua, a queda de Dilma pode ser imputada à visível ausência de traquejo para lidar com as reinas do legislativo, então dominado por Eduardo Cunha, e à escolha de não leiloar a permanência no comando da nação, por meio de acertos voltados à derrubada do processo de impedimento.

*Em vez de estar atrelada às pressões exercidas pelos movimentos de rua, a queda de Dilma pode ser imputada à visível ausência de traquejo para lidar com as reinas do legislativo.*

Em linha antagônica, por representar o papel de integrante orgânico da classe política, Temer construiu pilares legislativos que facilitaram a aprovação da proposta de emenda constitucional que limita, por vinte anos, a expansão dos gastos públicos à inflação pretérita, da lei das terceirizações e da reforma trabalhista.

Porém, a maior demonstração de força da relação entre presidente e congresso, regada a sobressaltos no déficit público, foi a não autorização, por duas vezes, estipulada pelas duas casas de leis, para investigação deste pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por crime de corrupção passiva, mesmo com a descoberta de emissão de frases do tipo “tem que manter isso”, a respeito da mesada transferida pelo empresário Joesley Batista a Eduardo Cunha, na prisão, e as imagens da mala de dinheiro carregada por Rocha Loures, assessor especial de Temer.

A blindagem ao presidente foi magnificada com a “exemplar” atuação do judiciário, começando com a rejeição pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), da cassação da chapa Dilma/Temer, solicitada pelo PSDB, alegando abuso de poder econômico no transcorrer da campanha eleitoral de 2014, passando pela ratificação da incumbência exclusiva do Senado acerca da cassação do mandato de Aécio Neves e chegando ao festival de libertações de presos por distintas espécies de infrações de corrupção, apuradas no âmbito da operação Lava Jato.

O mais gritante foi a postura não colegiada da Suprema Corte, prevalecendo o “quem pode mais chora menos”, ou a imposição de convicções isoladas, em detrimento da discussão de posições divergentes, por meio do salutar confronto de opiniões e da capacidade de convencimento. Como complicador adicional tem-se a transmissão, ao tecido social, da impressão de arranjo submisso, embora eloquente, do judiciário ao executivo, e o que é pior, da predominância de relações incestuosas entre as instâncias que deveriam priorizar a operação equilibrada das instituições.

Há os que avaliam que o imbróglio atual representa simplesmente “dores de crescimento” de uma democracia ainda jovem ou um aprendizado que oportunizaria o aperfeiçoamento dos debates a respeito do futuro do País. Outros creem tratar-se do alargamento dos vazamentos dos esgotos políticos que carece, além de reparos, de uma autêntica depuração pelo voto em 2018.

A esse respeito, ao sinalizar que a democracia estaria em crise no planeta, a edição do Índice de Democracia, estimado pela Economist Intelligence Unit (EIU), braço de pesquisa da revista britânica The Economist, para o exercício de 2017, apurou que menos de 5,0% da humanidade vive em regime democrático pleno e 1/3 da população estaria sob o comando autoritário, com ênfase para os chineses.

O trabalho examinou 60 indicadores, agrupados em cinco classes: ciclo eleitoral e pluralismo, gestão governamental, participação política, cultura democrática e liberdades civis. Em uma escala de zero a dez pontos, o score geral recuou de 5,52 para 5,48 entre 2016 e 2017. A Noruega ocupa, desde 2010, a primeira posição, num ranking de 167 países e a Europa Ocidental (com 8,38 pontos) abrange 14 das 19 “democracias completas” que formam uma espécie de primeira divisão.

Frise-se que a média europeia foi afetada negativamente pelo esforço do governo espanhol em tentar bloquear o referendo de autonomia da Catalunha e pela ausência de resolução do caso de assassinato de uma blogueira anticorrupção em Malta. Mesmo com o repúdio a um candidato de extrema-direita, ocorrido no pleito eleitoral de 2017, a França vem sendo avaliada como “democracia falha”. Não surpreende ainda a queda de pontuação experimentada pela Venezuela, de 5,42, em 2006, para 3,87, em 2017, já diagnosticada regime autoritário.

Os dados também permitem identificar rota cadente para o Brasil em toda a trajetória de realização do estudo. Com 6,86 pontos, em 2017, contra 7,38 pontos, em 2014, a nação, considerada “democracia falha”, situou-se no 49º lugar, atrás da Argentina (48º) e Chile (26º).

*Alguns avaliam que o imbróglio atual representa simplesmente “dores de crescimento” de uma democracia ainda jovem ou um aprendizado que oportunizaria o aperfeiçoamento dos debates a respeito do futuro do País.*

O enfraquecimento democrático nacional, aferido pelo EIU, coincide com a pauperização econômica, política e institucional, deflagrada nos tempos do lulismo e expandida no primeiro mandato de Dilma Rousseff, com a concessão de benesses fiscais e financeiras a um reduzido número de grandes empresas, escolhidas por critérios justificados de maneira bizarra, na perspectiva de surgimento de campeões brasileiros de competitividade em escala global, que provocou apreciáveis prejuízos ao tesouro.

Não bastassem essas relações incestuosas carimbadas, entre estado e iniciativa privada, houve também os desmandos administrativos, com a aparelhagem partidária e pilhagem da máquina e das companhias públicas, além da multiplicação de esquemas de corrupção e conluíus, formados por criminosos hospedados nos palácios do executivo e legislativo e meio empresarial, que, uma vez descobertos e investigados, resultaram em acordos de delação premiada, condenações e prisões.

*Os frutos do processo depurativo em curso ainda sofrem grande influência do vaivém dos trâmites legais e enfrentam barreiras nada desprezíveis no âmbito das três esferas de poder.*

Apesar de relevantes, os frutos do processo depurativo em curso ainda sofrem grande influência do vaivém dos trâmites legais e enfrentam barreiras nada desprezíveis, expressas em iniciativas, isoladas ou articuladas, no âmbito das três esferas de poder, no afã de promover autêntica blindagem ao mandato da atual corte que governa o País e/ou reverter decisões que interferem na preservação do equilíbrio da aliança hegemônica de poder.

Tanto que, estudo da Transparência Internacional apontou a subida do Brasil do 79º para o 96º lugar, entre 2016 e 2017, no ranking mundial do índice de percepção da corrupção (IPC) no setor público, preparado com base na opinião de especialistas e executivos de corporações, a respeito de 180 países, considerando aspectos como propina, desvios de haveres, burocracia, nepotismo e habilidade e esforço dos governantes no enfrentamento da corrupção.

Trata-se de uma variável de difusão, que varia entre zero (denotando corrupção plena) e cem (sinalizando integridade das instâncias públicas). A pesquisa verificou que mais de dois terços dos países acompanhados exibiram score inferior a 50, em 2017, evidenciando severas falhas no combate à corrupção.

Ao obter nota 37, o Brasil expressou o pior resultado desde 2014, quando ocupava o 69º posto, situando-se atrás de Arábia Saudita, Burkina Faso, Sri Lanka, Ruanda e Timor-Leste, e empatado com Colômbia, Indonésia, Panamá, Peru, Tailândia e Zâmbia. O certame vem sendo liderado por Nova Zelândia, Dinamarca, Finlândia e Noruega, tidas como nações menos corruptas. Frise-se que a investigação não abarca os efeitos da desistência da administração federal na aprovação das modificações no arcabouço previdenciário, ainda em 2018, depois do dispêndio de fortunas em propaganda institucional.

Por tudo isso, a preponderância de alternativas supostamente extremistas, nas sondagens de intenções de voto para presidente da república, nas eleições do corrente ano, embora rechaçadas por ampla maioria da sociedade, serve para acrescentar combustível ao incêndio que, só poderá ser debelado por meio de radicalização da democracia, amparada nos pilares fincados no estado de direito.

## O QUE ESTEVE POR TRÁS DO ENORME SALDO COMERCIAL BRASILEIRO EM 2017?

*Gilmar Mendes Lourenço*

Em paralelo ao discreto ensaio de restauração dos patamares de consumo doméstico, ocasionado pela conjugação virtuosa entre declínio consistente da inflação e dos juros, depois da ancoragem das expectativas realizada pela autoridade monetária, e revigoramento do mercado de trabalho, ainda determinado pelo avanço da informalidade, e da confiança, a economia brasileira vivenciou significativa expansão do comércio exterior em 2017.

De fato, o saldo da balança comercial foi o maior da história, atingindo US\$ 67,0 bilhões, contra US\$ 47,6 bilhões, em 2016, equivalendo a um auspicioso salto de 40,5%. As exportações chegaram a US\$ 217,7 bilhões, representando variação de 18,5% em relação ao ano antecedente, depois de amargarem retração por três exercícios consecutivos. De seu lado, as compras externas somaram US\$ 150,7 bilhões, ou incremento de 10,5% frente a 2016.

Contudo, é preciso redobrada cautela na formulação de tendências apoiada em tais resultados, pois avaliações exageradamente triunfalistas podem ensejar o menosprezo à influência exercida por variáveis meramente conjunturais e a magnificação da defesa da interferência de eventos de natureza estrutural. Isso porque, apesar de indiscutivelmente animadores, os números não são portadores de novidades ou motivos para celebrações efusivas na fronteira externa brasileira.

Um breve exame da matriz explicativa do desempenho comercial do País permite identificar a combinação entre continuidade do movimento expansivo da economia mundial, acompanhado da recuperação das cotações das commodities, e superação do prolongado e profundo ciclo recessivo doméstico, que incitou a retomada das importações.

O destaque coube, mais uma vez, às vendas de itens básicos, que experimentaram acréscimo de 28,7% e responderam por 46,4% do total, versus 42,7%, em 2016. Mais especificamente, petróleo em bruto (66,4%), fortemente afetado pela ampliação da produção nos campos do pré-sal e da inversão do curso cadente dos preços mundiais, e minério de ferro (+45,6%) e soja em grão (+34,1%), atrelados ao empuxe da China, constituíram as performances preponderantes. Os três produtos contribuíram com 7,6%, 8,8% e 11,8%, respectivamente, do valor total das vendas externas.

No conjunto dos semimanufaturados (14,4% do total, versus 15,1%, em 2016), que cresceu 13,3%, os protagonistas foram ferro/aço (56,4%), ferro fundido (47,2%), madeira serrada (24,8%), ferro-ligas (18,2%), celulose (4,8%), óleo de soja em bruto (14,8%) e açúcar em bruto (10,1%). Açúcar em bruto e celulose, com pesos de 4,2% e 2,9%, respectivamente, do total, compreendem os itens mais importantes.

Em manufaturados (36,9% do total, versus 39,9%, em 2016), que cresceram 9,4%, sobressaíram óleos combustíveis (80,5%), máquinas para terraplanagem (66,0%), tratores (49,3%), automóveis de passageiros (43,9%), laminados planos (39,3%) e veículos de carga (37,4%).

O carro chefe do grupo é formado por automóveis de passageiros, com participação de 3,1% do total, ante 2,5%, em 2016. De acordo com a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), as montadoras brasileiras exportaram 762 mil veículos em 2017, o que significa recorde histórico, 46,5% acima do verificado em 2016, comportamento imputado, fundamentalmente, à ressurreição da economia argentina. A produção foi de 2,7 milhões de unidades, 25,2% superior à de 2016, sendo 28,0% dirigida ao mercado externo, aproximando-se do recorde de 30,0%, atingido em 2005.

A ascensão das importações repousou em combustíveis e lubrificantes (42,8%), bens intermediários (11,2%) e bens de consumo (7,9%), enquanto as de bens de capital regrediram -11,4%, reflexo da ainda bastante morosa reativação interna dos negócios. Até porque, mesmo apresentando incremento de 2,5% em 2017, a produção industrial ainda encontra-se 15,8% abaixo dos patamares atingidos em dezembro de 2010.

No que diz respeito à corrente de comércio, mesmo perfazendo US\$ 368,5 bilhões e subido 15,1% em comparação com 2016, ainda situa-se em níveis quase 25% inferiores aos obtidos em 2011, simbolizando o retorno de práticas voltadas ao fechamento da economia nacional sob a administração Dilma Rousseff.

A consolidação da trajetória de geração de substanciais superávits comerciais e, por extensão, minimização ou até eliminação da vulnerabilidade externa brasileira, exigirá esforços na

*A consolidação da trajetória de geração de substanciais superávits comerciais exigirá esforços na direção da diversificação da pauta de produtos exportados e dos mercados compradores.*

direção da diversificação da pauta de produtos exportados e dos mercados compradores, abrandando a subordinação aos itens básicos, comercializados em maior proporção com a China, e aos automóveis, mais demandados com o reerguimento da Argentina.

Apenas a título de ilustração, enquanto a presença chinesa como destino das exportações brasileiras, notadamente de soja e minério de ferro, saltou de 20,2% para 23,0%, entre 2016 e 2017, e a da Argentina passou de 7,2% para 8,1%, a dos Estados Unidos permaneceu estável (caiu de 12,5% para 12,3%) e a da União Europeia recuou de 18,0% para 16,0%.

Nessas condições, afigura-se crucial a deflagração de uma incansável busca de dissipação das resistentes trevas ao funcionamento adequado da área externa, principalmente a excessiva carga de impostos, a burocracia e os estrangulamentos infraestruturais que, em ambiente de crescente deterioração das contas públicas, tendem a impulsionar o custo Brasil e prejudicar a já combalida competitividade das empresas exportadoras.

Igualmente restritivas predominam a ausência de uma política comercial voltada à inserção competitiva do Brasil nas cadeias globais de valor; as distorções macroeconômicas, sintetizadas na dobradinha câmbio baixo e juros altos e na insuficiência de financiamento; a escassez de prospecção de mercados potenciais, a reduzida abrangência de pesquisas de inteligência comercial e a falta de estratégias de internacionalização e de cultura exportadora.

EXPECTATIVA MÉDIA ANUAL DO MERCADO PARA A ECONOMIA BRASILEIRA: PIB, JUROS, CÂMBIO E INFLAÇÃO - 2018-2022					
ANO	TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB	TAXA DE JUROS SELIC	TAXA DE CÂMBIO R\$/US\$	TAXA DE INFLAÇÃO IPCA	
2018	2,85	6,69	3,27	3,75	
2019	2,95	7,85	3,34	4,18	
2020	2,71	8,23	3,40	4,07	
2021	2,70	8,16	3,46	4,00	
2022	...	8,05	3,52	3,98	

FONTE: Banco Central do Brasil, GERIN. Com base nas expectativas de 23/02/2018  
Sinal convencional utilizado: ... dado não disponível

DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (% PIB) – COMPARAÇÃO MENSAL ÚLTIMOS 10 ANOS					
NOVEMBRO 2007-2017					
NOV/ANO	GOVERNO FEDERAL	BACEN	GOVERNOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS	EMPRESAS ESTATAIS	SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO
2007	29,42	0,3	13,61	0,77	44,1
2008	23,84	-1,01	13,33	0,81	36,96
2009	29,08	-1,08	12,29	0,7	40,99
2010	26,8	-1,07	11,4	0,61	37,74
2011	24,58	-1,18	10,79	0,57	34,76
2012	21,96	-1,16	10,74	0,56	32,1
2013	20,58	-1,23	10,63	0,59	30,58
2014	22,12	-1,37	10,78	0,63	32,17
2015	23,59	-3,08	12,53	0,85	33,89
2016	33,33	-2,29	12,24	0,88	44,15
2017	41,18	-2,73	11,68	0,89	51,03

FONTE: Banco Central do Brasil, DEPEC.

VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL CLT EM CURITIBA – DEZEMBRO/2017							
MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	CURITIBA	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	19.050	73,92	25.772	29,44	64.710	2,09	910.586
DESLIGAMENTOS	24.276	73,33	33.107	27,06	89.713	1,96	1.239.125
Nº EMPREGOS FOMAI S EM 01/ JAN/2017	684.113	70,52	970.038	26,51	2.580.699	1,79	38.320.321
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	151.613	71,74	211.323	23,34	649.668	1,85	8.182.382
VARIAÇÃO ABSOLUTA	-5.226		-7.335		-25.003		-328.539

FONTE: CAGED  
OBS. Os percentuais indicados representam a participação de Curitiba em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL CLT EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS – DEZEMBRO/2017							
MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	1.884	7,31	25.772	2,91	64.710	0,21	910.586
DESLIGAMENTOS	2.523	7,62	33.107	2,81	89.713	0,20	1.239.125
Nº EMPREGOS FOMAI S EM 01/ JAN/2017	85.491	8,81	970.038	3,31	2.580.699	0,22	38.320.321
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	14.429	6,83	211.323	2,22	649.668	0,18	8.182.382
VARIAÇÃO ABSOLUTA	-639		-7.335		-25.003		-328.539

FONTE: CAGED  
OBS. Os percentuais indicados representam a participação de São José dos Pinhais em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

VARIÇÃO DO EMPREGO FORMAL CLT EM ARAUCÁRIA – DEZEMBRO/2017							
MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	ARAUCÁRIA	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	994	3,86	25.772	1,54	64.710	0,11	910.586
DESLIGAMENTOS	1.098	3,32	33.107	1,22	89.713	0,09	1.239.125
Nº EMPREGOS FOMAIIS EM 01/JAN/2017	37.885	3,91	970.038	1,47	2.580.699	0,10	38.320.321
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	5.706	2,70	211.323	0,88	649.668	0,07	8.182.382
VARIÇÃO ABSOLUTA	-104		-7.335		-25.003		-328.539

FONTE: CAGED

OBS. Os percentuais indicados representam a participação de Araucária em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

EVOLUÇÃO DIÁRIA DO ÍNDICE BOVESPA (IBOVESPA) - JAN/2017 – DEZ/2017												
DIA	JAN /17	FEV/17	MAR/17	ABR/17	MAI/17	JUN/17	JUL/17	AGO/17	SET/17	OUT/17	NOV/17	DEZ/17
1		64836,12	66988,87			62288,52		66.516,23	71.923,11		73.823,74	72.264,45
2	59588,70	64578,21	65854,93		66721,74	62510,69		67.135,99		74.359,82		
3	61813,83	64953,93	66785,53	65211,47	66093,78		63279,58	66.777,13		76.762,91	73.915,42	
4	61589,05			65768,91	64862,60		63231,59	66.897,98	72.128,83	76.591,44		73.090,17
5	62070,98			64774,76	65709,73	62450,45	63154,17		72.150,87	76.617,52		72.546,17
6	61665,36	63992,93	66341,36	64222,72		62954,69	62470,33		73.412,41	76.054,71	74.310,79	73.268,35
7		64198,89	65742,32	64593,10		63170,73	62322,40	67.939,65			72.414,87	72.487,46
8		64835,40	64718,01		65526,04	62755,57		67.898,93	73.078,85		74.363,13	72.731,84
9	61700,29	64964,88	64585,23		66277,67	62210,55		67.671,06		75.726,80	72.930,69	
10	62131,80	66124,52	64675,46	64649,81	67349,72		63025,46	66.992,08		76.897,20	72.165,63	
11	62446,26			64359,79	67537,61		63832,15	67.358,58	74.319,21	76.659,80		72.800,04
12	63953,93			63891,67	68221,94	61700,23	64835,55		74.538,55			73.813,53
13	63651,51	66967,64	65534,30	62826,28		61828,99	65178,34		74.787,56	76.989,78	72.475,17	72.914,33
14		66712,88	64699,46			61922,92	65436,17	68.284,66	74.656,68		70.826,59	72.428,93
15		67975,58	66234,87		68474,18			68.355,12	75.756,51			72.607,70
16	63831,27	67814,24	65782,85		68684,49	61626,41		68.594,29		76.891,83	72.511,79	
17	64354,33	67748,41	64209,93	64334,92	67540,25		65212,31	67.976,79		76.201,25	73.437,28	
18	64149,57			64158,84	61597,05		65337,66	68.714,65	75.990,40	76.591,09		73.115,45
19	63950,86			63406,97	62639,30	62014,03	65179,92		75.974,18	76.283,16		72.680,37
20	64521,18	68532,85	64884,26	63760,62		60766,15	64938,01		76.004,15	76.390,51		73.367,03
21		69052,02	62980,37			60761,74	64684,18	68.634,64	75.604,34		74.594,61	75.133,43
22		68589,54	63521,33		61673,49	61272,21		70.011,25	75.389,75		74.518,79	75.186,53
23	65748,62	67461,39	63530,78		62662,48	61087,13		70.477,63		75.413,13	74.486,58	
24	65840,09	66662,10	63853,77	64389,01	63257,35		65099,55	71.132,79		76.350,19	74.157,37	
25				65148,34	63226,78		65667,62	71.073,65	74.443,47	76.671,13		
26	66190,62			64861,92	64085,41	62188,08	65010,57		74.318,72	75.896,35		75.707,73
27	66033,98		64308,38	64676,55		61675,46	65277,38		73.796,71	75.975,71	74.058,92	76.072,54
28			64640,45	65403,24		62017,97	65497,12	71.016,59	73.567,24		74.139,72	76.402,08
29			65528,28		63760,94	62238,95		71.329,85	74.293,50		72.700,45	
30	64301,73		65265,98		63962,26	62899,97		70.886,25		74.800,33	71.970,99	
31	64670,78		64984,06		62711,47		65920,36	70.835,05		74.308,49		
MÍNIMO	59588,70	63992,93	62980,37	62826,28	61597,05	60761,74	62322,40	66.516,23	71.923,11	74.308,49	70.826,59	72.264,45
MÁXIMO	66190,62	69052,02	66988,87	65768,91	68684,49	63170,73	65920,36	71.329,85	76.004,15	76.989,78	74.594,61	76.402,00

FONTE: BM&FBovespa

NOTA: Índice Ibovespa é o valor atual, em moeda corrente, de uma carteira teórica de ações constituída em 2/1/1968 (valor-base: 100 pontos), a partir de uma aplicação hipotética. Supõe-se não ter sido efetuado nenhum investimento adicional desde então, considerando-se somente os ajustes efetuados em decorrência da distribuição de proventos pelas empresas emissoras (tais como reversão de dividendos recebidos e do valor apurado com a venda de direitos de subscrição, e manutenção em carteira das ações recebidas em bonificação). Dessa forma, o índice reflete não apenas as variações dos preços das ações, mas também o impacto da distribuição dos proventos, sendo considerado um indicador que avalia o retorno total de suas ações componentes (IBOVESPA).

PREÇO MÉDIO MENSAL E NOMINAL NO ATACADO EM REAIS (R\$) DE PRODUTOS AGRÍCOLAS SELECIONADOS DEZ/2000–JAN/2018					
PERÍODO	SÃO PAULO	PARANÁ			
	Arroz (30 Kg)	Feijão Preto (30 Kg)	Soja (em farelo) (t)	Trigo (em grão) (60 Kg)	Milho (60 Kg)
Dez/00	20,69	19,08	434,03	15,03	10,30
Dez/01	28,00	49,95	496,42	17,80	11,78
Dez/02	38,00	48,47	745,55	34,94	24,37
Dez/03	52,36	43,16	756,77	28,58	17,73
Dez/04	33,78	48,65	522,76	21,26	15,00
Dez/05	30,00	60,01	513,04	21,96	14,26
Dez/06	34,01	33,47	506,57	29,23	19,44
Dez/07	43,67	72,29	682,33	34,35	28,69
Dez/08	52,54	85,72	736,91	28,50	17,93
Dez/09	48,34	44,14	740,11	27,50	17,66
Dez/10	54,40	56,57	734,82	27,40	22,69
Dez/11	44,28	52,75	584,62	26,43	23,20
Dez/12	65,00	80,81	1.239,97	41,50	31,00
Dez/13	59,51	92,71	1.298,74	47,27	22,54
Dez/14	60,00	78,69	1.174,61	34,32	24,95
Dez/15	62,10	87,64	1314,07	43,30	29,39
Jan/16	66,85	106,78	1397,50	44,10	36,59
Fev/16	68,55	100,91	1404,32	45,16	38,67
Mar/16	69,97	96,83	1140,93	45,29	41,08
Abr/16	69,89	98,09	1110,13	46,60	46,10
Mai/16	71,45	107,83	1319,96	46,19	49,96
Jun/16	73,02	131,01	1572,48	53,74	49,13
Jul/16	69,81	158,53	1489,45	53,68	41,15
Ago/16	74,62	152,55	1353,58	50,77	40,86
Set/16	77,21	148,65	1281,50	43,34	37,86
Out/16	77,58	161,76	1211,86	39,45	38,32
Nov/16	...	155,06	1220,52	38,25	35,63
Dez/16	...	147,81	1212,32	37,62	34,81
Jan/17	...	125,18	1153,42	37,19	32,92
Fev/17	...	106,44	1.138,59	36,14	30,25
Mar/17	...	104,81	1.063,18	35,70	27,89
Abr/17	...	96,55	1.012,31	36,25	25,67
Mai/17	59,60	101,82	1.015,39	36,57	25,61
Jun/17	60,40	111,60	1.018,95	37,46	24,36
Jul/17	61,48	99,96	1.087,77	38,73	22,84
Ago/17	66,48	92,36	1.014,63	40,70	22,39
Set/17	64,44	92,02	1.017,38	36,87	24,68
Out/17	82,26	92,86	1.068,59	35,95	26,08
Nov/17	82,86	85,59	1.077,22	37,79	27,27
Dez/17	79,60	81,72	1.162,92	38,74	27,86
Jan/18	83,14	79,72	1.163,73	39,32	28,30

FONTE: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); CONAB; SEAB-PR  
 NOTA: Cotação para o arroz longo fino agulhinha.  
 Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível

INDICADORES DO MERCADO FINANCEIRO NACIONAL E INTERNACIONAL						
DATA	BRASIL				EUA	
	Fundo de Investimento Financeiro – FIF (PL mensal, R\$ milhões) 7837(1)	Valor das empresas listadas no Ibovespa (R\$ bilhões) 7848(3)	Índice Ibovespa 7845	Emissão Primária de Debêntures (R\$ milhões) 7841	Dow Jones – NYSE fechamento (pontos) 7846 (3)	Nasdaq fechamento (pontos) 7847 (4)
DEZ/07	912.869	1.764.961	63.886	1.068	13.265	2.652
DEZ/08	917.297	1.087.640	37.550	0	8.776	1.577
DEZ/09	1.086.267	1.739.615	68.588	2.720	10.428	2.269
DEZ/10	1.286.654	2.070.752	69.304	2.025	11.578	2.653
DEZ/11	1.501.728	1.833.723	56.754	220	12.218	2.605
DEZ/12	1.786.186	1.961.800	60.952	850	13.104	3.020
DEZ/13	1.939.384	1.889.777	51.507	300	16.577	4.177
DEZ/14	2.156.887	1.824.499	50.007	0	17.823	4.736
JAN/15	2.192.912	1.744.785	46.907	10.000	17.165	4.635
FEV/15	2.226.999	1.897.789	51.583	551	18.133	4.964
MAR/15	2.260.558	1.885.819	51.150	321	17.776	4.901
ABR/15	2.282.144	2.066.170	56.229	4.600	17.841	4.941
MAI/15	2.235.805	1.949.062	52.760	0	18.011	5.070
JUN/15	2.355.165	1.973.591	53.080	0	17.620	4.987
JUL/15	2.388.160	1.903.496	50.864	740	17.690	5.128
AGO/15	2.425.397	1.754.227	46.625	0	16.528	4.777
SET/15	2.343.942	1.700.335	45.059	1.350	16.285	4.620
OUT/15	2.448.624	1.678.886	45.868	1.892	17.664	5.054
NOV/15	2.465.544	1.658.564	45.120	0	17.720	5.109
DEZ/15	2.472.963	1.591.222	43.349	1.185	17.425	5.007
JAN/16	2.522.931	1.506.705	40.405	0	16.466	4.614
FEV/16	2.553.705	1.560.784	42.793	0	16.517	4.558
MAR/16	2.599.654	1.795.296	50.055	20.000	17.685	4.870
ABR/16	2.635.683	1.917.723	53.910	0	17.831	4.775
MAI/16	2.670.626	1.740.045	48.471	0	17.787	4.948
JUN/16	2.690.456	1.821.192	51.526	0	17.930	4.843
JUL/16	2.738.202	2.004.423	57.308	0	18.432	5.162
AGO/16	2.795.674	2.029.117	57.901	0	18.401	5.213
SET/16	2.820.714	2.044.580	58.367	0	18.308	5.312
OUT/16	2.860.310	2.234.166	64.924	878	18.142	5.190
NOV/16	2.887.156	2.134.704	61.906	0	19.124	5.324
DEZ/16	2.953.369	2.078.361	60.227	975	19.763	5.383
JAN/17	3.035.796	2.239.112	64.670	0	19.864	5.615
FEV/17	3.088.727	2.324.811	66.662	0	20.822	5.825
MAR/17	3.158.822	2.245.686	64.984	300	20.663	5.912
ABR/17	3.169.398	2.243.197	65.403	432	20.941	6.048
MAI/17	3.203.771	2.159.216	62.711	0	21.009	6.199
JUN/17	3.243.842	2.149.502	62.899	0	21.350	6.144
JUL/17	3.310.407	2.249.025	65.920	1.091	21.891	6.348
AGO/17	3.386.195	2.400.515	70.835	0	21.948	6.429
SET/2017	3.426.878	2.517.247	74.293	0	22.405	6.453
OUT/2017	3.468.644	2.538.691	74.308	4.537	23.377	6.728
NOV/2017	3.460.553	2.454.073,00	71.970	0	24.272	6.874
DEZ/2017	3.462.583	2.575.884,00	76.402	0	24.719	6.903

FONTES: (1) BANCO CENTRAL DO BRASIL, (2) BOVESPA (ÍNDICE DE FECHAMENTO DO ÚLTIMO DIA ÚTIL DO MÊS), (3) DOW JONES, (4) NASDAQ

NOTA: para os anos de 2007 a 2014, os valores referem-se ao mês de dezembro, exceto para emissão de debênture que é o total do ano.

Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

<b>BALANÇA COMERCIAL DO PARANÁ - 1997 - 2017</b>					
EM US\$ FOB - ACUMULADO E VARIAÇÃO % ANUAL					
Ano	Exportação (X)		Importação (M)		Saldo (X-M)
	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB
1997	4.853.587.000	14,00	3.306.968.000	36,00	1.546.619.000
1998	4.227.995.000	-13,00	4.057.589.000	23,00	170.406.000
1999	3.932.659.000	-7,00	3.699.490.000	-9,00	233.169.000
2000	4.394.161.676	0,00	4.686.228.819	0,00	-292.067.143
2001	5.320.210.841	21,07	4.928.952.244	5,18	391.258.597
2002	5.703.081.036	7,20	3.333.392.117	-32,37	2.369.688.919
2003	7.157.852.544	25,51	3.486.050.508	4,58	3.671.802.036
2004	9.405.025.640	31,39	4.026.146.368	15,49	5.378.879.272
2005	10.033.532.895	6,68	4.527.236.933	12,45	5.506.295.962
2006	10.016.337.731	-0,17	5.977.970.879	32,04	4.038.366.852
2007	12.352.857.472	23,33	9.017.987.693	50,85	3.334.869.779
2008	15.247.184.111	23,43	14.570.222.035	61,57	676.962.076
2009	11.222.826.796	-26,39	9.620.843.086	-33,97	1.601.983.710
2010	14.175.843.943	26,31	13.956.956.807	45,07	218.887.136
2011	17.394.275.271	22,70	18.767.762.576	34,47	-1.373.487.305
2012	17.709.590.951	1,81	19.387.793.769	3,30	-1.678.202.818
2013	18.239.201.710	2,99	19.345.381.499	-0,22	-1.106.179.789
2014	16.332.120.489	-10,46	17.295.813.435	-10,59	-963.692.946
2015	14.909.080.745	-8,71	12.448.504.088	-28,03	2.460.576.657
2016	15.171.099.837	1,76	11.092.307.396	-10,89	4.078.792.441
JAN-DEZ/2017	18.082.394.413	19,19	11.518.546.039	3,84	6.563.848.374

FONTE: MDIC/SECEX

<b>BALANÇA COMERCIAL DO BRASIL - 1997 - 2017</b>						
EM US\$ FOB - ACUMULADO E VARIAÇÃO % ANUAL						
Ano	Exportação (X)		Importação (M)		Saldo (X-M)	
	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB	Var%
1997	52.982.726.000	10,97	59.747.227.000	12,00	-6.764.501.000	20,82
1998	51.139.862.000	-3,48	57.763.476.000	-3,32	-6.623.614.000	-2,08
1999	48.012.790.000	-6,11	49.301.558.000	-14,65	-1.288.768.000	-80,54
2000	55.118.919.865	0,00	55.850.663.138	0,00	-731.743.273	-43,22
2001	58.286.593.021	5,75	55.601.758.416	-0,45	2.684.834.605	-466,91
2002	60.438.653.035	3,69	47.242.654.199	-15,03	13.195.998.836	391,50
2003	73.203.222.075	21,12	48.325.566.630	2,29	24.877.655.445	88,52
2004	96.677.498.766	32,07	62.835.615.629	30,03	33.841.883.137	36,03
2005	118.529.184.899	22,60	73.600.375.672	17,13	44.928.809.227	32,76
2006	137.807.469.531	16,26	91.350.840.805	24,12	46.456.628.726	3,40
2007	160.649.072.830	16,58	120.617.446.250	32,04	40.031.626.580	-13,83
2008	197.942.442.909	23,21	172.984.767.614	43,42	24.957.675.295	-37,66
2009	152.994.742.805	-22,71	127.722.342.988	-26,17	25.272.399.817	1,26
2010	201.915.285.335	31,98	181.768.427.438	42,32	20.146.857.897	-20,28
2011	256.039.574.768	26,81	226.246.755.801	24,47	29.792.818.967	47,88
2012	242.578.013.546	-5,26	223.183.476.643	-1,35	19.394.536.903	-34,90
2013	242.033.574.720	-0,22	239.747.515.987	7,42	2.286.058.733	-88,21
2014	225.100.884.831	-7,00	229.154.462.583	-4,42	-4.053.577.752	-277,32
2015	191.134.324.584	-15,09	171.449.050.909	-25,18	19.685.273.675	-585,63
2016	185.235.400.805	-3,09	137.552.002.856	-19,77	47.683.397.949	142,23
JAN-DEZ/2017	217.739.177.077	17,55	150.749.452.949	9,59	66.989.724.128	

FONTE: DIC/SECEX

INDICADORES  
RAFAEL POLAY ALCÂNTARA

OFERTA E DEMANDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS BRASILEIROS (Complexo soja e trigo) SAFRAS 2011/2018 (Mil toneladas)								
PRODUTO	SAFRA	ESTOQUE INICIAL	PRODUÇÃO	IMPORTAÇÃO	SUPRIMENTO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO	ESTOQUE FINAL
Algodão em pluma	2011/12	521,7	1.893,3	3,5	2.418,5	895,2	1.052,8	470,5
	2012/13	470,5	1.310,3	17,4	1.798,2	920,2	572,9	305,1
	2013/14	305,1	1.734,0	31,5	2.070,6	883,5	748,6	438,5
	2014/15	438,5	1.562,8	2,1	2.003,4	820,0	834,3	349,1
	2015/16	349,1	1.289,2	27,0	1.665,3	660,0	804,0	201,3
	2016/17	201,3	1.529,5	33,6	1.764,4	685,0	834,1	245,3
	2017/18	245,3	1.789,0	10,0	2.044,3	725,0	950,0	369,3
Arroz em casca	2011/12	2.569,5	11.599,5	1.068,0	15.237,0	11.656,5	1.455,2	2.125,3
	2012/13	2.125,3	11.819,7	965,5	14.910,5	12.617,7	1.210,7	1.082,1
	2013/14	1.082,1	12.121,6	807,2	14.010,9	11.954,3	1.188,4	868,2
	2014/15	868,2	12.448,6	503,3	13.820,1	11.495,1	1.362,1	962,9
	2015/16	962,9	10.603,0	1.187,4	12.753,3	11.428,8	893,7	430,8
	2016/17	430,8	12.327,8	1.000,0	13.758,6	11.500,0	800,0	1.458,6
	2017/18	1.458,6	11.639,6	1.000,0	14.098,2	12.000,0	1.000,0	1.098,2
Feijão	2011/12	686,4	2.918,4	312,3	3.917,1	3.500,0	43,3	373,8
	2012/13	373,8	2.806,3	304,4	3.484,5	3.320,0	35,3	129,2
	2013/14	129,2	3.453,7	135,9	3.718,8	3.350,0	65,0	303,8
	2014/15	303,8	3.210,2	156,7	3.670,7	3.350,0	122,6	198,1
	2015/16	198,1	2.512,9	325,0	3.036,0	2.800,0	50,0	186,0
	2016/17	186,0	3.399,5	150,0	3.735,5	3.300,0	125,0	310,5
	2017/18	310,5	3.300,2	120,0	3.730,7	3.300,0	125,0	305,7
Milho	2011/12	4.459,6	72.979,5	774,0	78.213,1	51.903,0	22.313,7	3.996,4
	2012/13	3.996,4	81.505,7	911,4	86.413,5	53.287,9	26.174,1	6.951,5
	2013/14	6.951,5	80.051,7	790,7	87.793,9	54.541,6	20.924,8	12.327,5
	2014/15	12.327,5	84.672,4	316,1	97.316,0	56.742,4	30.172,3	10.401,3
	2015/16	10.401,3	66.530,6	3.338,1	80.270,0	53.387,8	18.883,2	7.999,0
	2016/17	6.949,9	97.842,8	800,0	105.592,7	56.165,3	30.817,8	18.609,6
	2017/18	18.609,6	88.006,7	400,0	107.016,3	58.500,0	30.000,0	18.516,3
Soja em grãos	2011/12	3.020,4	66.383,0	266,5	69.669,9	36.754,0	32.468,0	447,9
	2012/13	447,9	81.499,4	282,8	82.230,1	38.694,3	42.791,9	744,0
	2013/14	744,0	86.120,8	578,7	87.443,5	40.200,0	45.692,0	1.551,5
	2014/15	1.551,5	96.228,0	324,1	98.103,6	42.850,0	54.324,2	929,4
	2015/16	929,4	95.434,6	400,0	96.764,0	43.700,0	51.587,8	1.476,2
	2016/17	1.482,1	114.075,3	300,0	115.857,4	45.781,0	68.154,5	1.921,9
	2017/18	1.921,9	111.558,6	400,0	113.880,5	47.281,0	66.000,0	599,5
Farelo de Soja	2011/12	3.177,8	26.026,0	5,0	29.208,8	14.051,1	14.289,0	868,7
	2012/13	868,7	27.258,0	3,9	28.130,6	14.350,0	13.333,5	447,1
	2013/14	447,1	28.336,0	1,0	28.784,1	14.799,3	13.716,0	268,8
	2014/15	268,8	30.492,2	1,0	30.762,0	15.100,0	14.826,7	835,3
	2015/16	835,3	30.954,0	0,8	31.790,1	15.500,0	14.443,8	1.846,3
	2016/17	569,0	8.092,5	40,0	8.701,5	6.800,0	1.342,5	559,0
	2017/18	559,0	8.385,0	40,0	8.984,0	7.100,0	1.500,0	384,0
Óleo de soja	2011/12	988,5	6.591,0	1,0	7.580,5	5.172,4	1.757,1	651,0
	2012/13	651,0	6.903,0	5,0	7.559,0	5.556,3	1.362,5	640,2
	2013/14	640,2	7.176,0	0,1	7.816,3	5.930,8	1.305,0	580,5
	2014/15	580,5	7.722,0	25,3	8.327,8	6.359,2	1.669,9	298,7
	2015/16	298,7	7.839,0	66,1	8.203,8	6.380,0	1.254,2	569,6
	2016/17	569,0	8.385,00	40,0	8.994,00	6.800,00	1.550,00	644
	2017/18	644,0	8.287,5	40,0	8.971,5	6.800,0	1.700,0	471,5
Trigo	2011	2.201,6	5.788,6	6.011,8	14.002,0	10.144,9	1.901,0	1.956,1
	2012	1.956,1	4.379,5	7.010,2	13.345,8	10.134,3	1.683,9	1.527,6
	2013	1.527,6	5.527,8	6.642,4	13.697,8	11.381,5	47,4	2.268,9
	2014	2.268,9	5.971,1	5.328,8	13.568,8	10.713,7	1.680,5	1.174,6
	2015	1.174,6	5.534,9	5.517,6	12.227,1	10.367,3	1.050,5	809,3
	2016	809,3	6.726,80	7.088,50	14.624,60	11.517,70	576,8	2.530,10
	2017	2.530,1	4.263,5	7.200,0	13.993,6	11.287,4	500,0	2.206,2
	2018	2.206,2	4.657,0	7.000,0	13.863,2	11.287,4	500,0	2.075,8

FONTE: CONAB – 5º Levantamento - Safra 2017/18 (disponível em: [www.conab.gov.br](http://www.conab.gov.br))

Notas: Estimativa em fevereiro 2018/ Estoque de Passagem - Algodão, Feijão e Soja: 31 de dezembro - Arroz 28 de fevereiro - Milho 31 de janeiro - Trigo 31 de julho.

PRODUÇÃO, ÁREA COLHIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA SOJA - BRASIL E MAIORES ESTADOS PRODUTORES – 1989-2018 (Mil toneladas e mil hectares)													
Ano	Brasil			Maiores Estados Produtores									
	Produção	Área Colhida	Rendimento Médio	Mato Grosso		Paraná		Goiás		Mato Grosso do Sul		Minas Gerais	
			(Kg/ha)	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida
1989/1990	20.101	11.551	1.740	2.901	1.503	4.572	2.286	1.411	941	1.934	1.209	875	583
1990/1991	15.395	9.743	1.580	2.607	1.100	3.617	1.966	1.659	790	2.300	1.013	963	472
1991/1992	19.419	9.582	2.027	3.485	1.452	3.415	1.798	1.804	820	1.929	970	1.003	456
1992/1993	23.042	10.717	2.150	4.198	1.713	4.720	2.000	1.968	984	2.229	1.067	1.159	552
1993/1994	25.059	11.502	2.179	4.970	1.996	5.328	2.110	2.387	1.090	2.440	1.109	1.234	600
1994/1995	25.934	11.679	2.221	5.440	2.295	5.535	2.121	2.133	1.123	2.426	1.098	1.188	600
1995/1996	23.190	10.663	2.175	4.687	1.905	6.241	2.312	2.046	909	2.046	845	1.040	528
1996/1997	26.160	11.381	2.299	5.721	2.096	6.566	2.496	2.478	991	2.156	862	1.176	523
1997/1998	31.370	13.158	2.384	7.150	2.600	7.191	2.820	3.372	1.338	2.282	1.087	1.383	601
1998/1999	30.765	12.995	2.367	7.134	2.548	7.723	2.769	3.418	1.325	2.740	1.054	1.336	577
1999/2000	32.890	13.623	2.414	8.801	2.905	7.130	2.833	4.073	1.455	2.501	1.107	1.397	594
2000/2001	38.432	13.970	2.751	9.641	3.120	8.623	2.818	4.158	1.540	3.130	1.065	1.496	642
2001/2002	42.230	16.386	2.577	11.733	3.853	9.502	3.291	5.420	1.902	3.279	1.192	1.949	719
2002/2003	52.018	18.475	2.816	12.949	4.420	10.971	3.638	6.360	2.171	4.104	1.415	2.333	874
2003/2004	49.793	21.376	2.329	15.009	5.241	10.037	3.936	6.147	2.572	3.325	1.797	2.659	1.066
2004/2005	52.305	23.301	2.245	17.937	6.105	9.707	4.148	6.985	2.662	3.863	2.031	3.022	1.119
2005/2006	55.027	22.749	2.419	16.700	6.197	9.646	3.983	6.534	2.542	4.445	1.950	2.483	1.061
2006/2007	58.392	20.687	2.822	15.359	5.125	11.916	3.979	6.114	2.191	4.881	1.737	2.568	930
2007/2008	60.018	21.313	2.816	17.848	5.675	11.896	3.977	6.544	2.180	4.569	1.731	2.537	870
2008/2009	57.166	21.743	2.629	17.963	5.828	9.510	4.069	6.836	2.307	4.180	1.716	2.751	929
2009/2010	68.688	23.468	2.927	18.767	6.225	14.079	4.485	7.343	2.550	5.308	1.712	2.872	1.019
2013/2014	86.121	30.173	2.854	26.442	8.616	14.781	5.010	8.995	3.102	6.148	2.120	3.327	1.238
2014/2015	96.228	32.093	2.998	28.018	8.934	17.210	5.225	8.625	3.325	7.178	2.301	3.507	1.319
2015/2016	95.434	33.251	2.870	26.031	9.140	16.845	5.451	10.250	3.285	7.241	2.430	4.731	1.469
2016/2017	114.075	33.909	3.364	30.513	9.322	19.586	5.250	10.819	3.278	8.576	2.522	5.067	1.456
2017/2018	111.559	35.023	3.185	30.631	9.519	18.307	5.465	11.187	3.390	8.720	2.641	4.875	1.490

FONTE: CONAB – 5º Levantamento - Safra 2017/18 (disponível em: [www.conab.gov.br](http://www.conab.gov.br))  
Notas: Estimativa em fevereiro/2018.

TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB REAL PARA PAÍSES SELECIONADOS – 2004-2017															
PAÍSES	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
Mundo	5,40	4,90	5,50	5,60	3,00	-0,10	5,40	4,30	3,50	3,50	3,60	3,40	3,20	3,60	
África do Sul	4,60	5,30	5,60	5,40	3,20	-1,50	3,00	3,30	2,20	2,50	1,70	1,30	3,20	0,70	
Alemanha	0,70	0,90	3,90	3,40	0,80	-5,60	3,90	3,70	0,70	0,60	1,90	1,50	1,90	2,00	
Argentina	9,00	8,90	8,00	9,00	4,10	-5,90	10,10	6,00	-1,00	2,40	-2,50	2,60	-2,20	2,50	
Bolívia	4,20	4,40	4,80	4,60	6,10	3,40	4,10	5,20	5,10	6,80	5,50	4,90	4,30	4,20	
Brasil	5,80	3,20	4,00	6,10	5,10	-0,10	7,50	4,00	1,90	3,00	0,50	-3,80	-3,60	0,70	
Canadá	3,10	3,20	2,60	2,10	1,00	-2,90	3,10	3,10	1,70	2,50	2,60	0,90	1,50	3,00	
Chile	7,20	5,70	6,30	4,90	3,50	-1,60	5,80	6,10	5,30	4,00	1,90	2,30	1,60	1,40	
China	10,10	11,30	12,70	14,20	9,60	9,20	10,60	9,50	7,90	7,80	7,30	6,90	6,70	6,80	
Colômbia	5,30	4,70	6,70	6,90	3,50	1,70	4,00	6,60	4,00	4,90	4,40	3,10	2,00	1,70	
Coréia do Sul	4,9	3,92	5,18	5,46	2,83	0,71	6,5	3,68	2,29	2,9	3,34	2,79	2,83	...	
Equador	8,20	5,30	4,40	2,20	6,40	0,60	3,50	7,90	5,60	4,90	4,00	0,20	-1,50	0,20	
Estados Unidos	3,80	3,30	2,70	1,80	-0,30	-2,80	2,50	1,60	2,20	1,70	2,60	2,90	1,50	2,20	
França	2,80	1,60	2,40	2,40	0,20	-2,90	2,00	2,10	0,20	0,60	0,90	1,10	1,20	1,60	
Índia	7,80	9,30	9,30	9,80	3,90	8,50	10,30	6,60	5,50	6,40	7,50	8,00	7,10	6,70	

INDICADORES  
RAFAEL POLAY ALCÂNTARA

Indonésia	5,00	5,70	5,50	6,30	7,40	4,70	6,40	6,20	6,00	5,60	5,00	4,90	5,00	5,20
Itália	1,60	0,90	2,00	1,50	-1,10	-5,50	1,70	0,60	-2,80	-1,70	0,10	0,80	0,90	1,50
Japão	2,20	1,70	1,40	1,70	-1,10	-5,40	4,20	-0,10	1,50	2,00	0,30	1,10	1,00	1,50
México	4,30	3,00	5,00	3,10	1,40	-4,70	5,10	4,00	4,00	1,40	2,30	2,60	2,30	2,10
Paraguai	4,10	2,10	4,80	5,40	6,40	-4,00	13,10	4,30	-1,20	14,00	4,70	3,00	4,10	3,90
Peru	5,00	6,30	7,50	8,50	9,10	1,00	8,50	6,50	6,00	5,80	2,40	3,30	4,00	2,70
Reino Unido	2,50	3,00	2,50	2,60	-0,60	-4,30	1,90	1,50	1,30	1,90	3,10	2,20	1,80	1,70
Rússia	7,20	6,40	8,20	8,50	5,20	-7,80	4,50	5,10	3,70	1,80	0,70	-2,80	-0,20	1,80
Tailândia	6,30	4,20	5,00	5,40	1,70	-0,70	7,50	0,80	7,20	2,70	0,90	2,90	3,20	3,70
Uruguai	2,30	4,60	6,80	4,10	6,50	7,20	4,20	7,80	5,20	3,50	4,60	3,20	0,40	1,50
Venezuela	18,30	10,30	9,90	8,80	5,30	-3,20	-1,50	4,20	5,60	1,30	-3,90	-6,20	-16,50	-12,00

FONTES: Fundo Monetário Internacional, International Financial Statistics  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

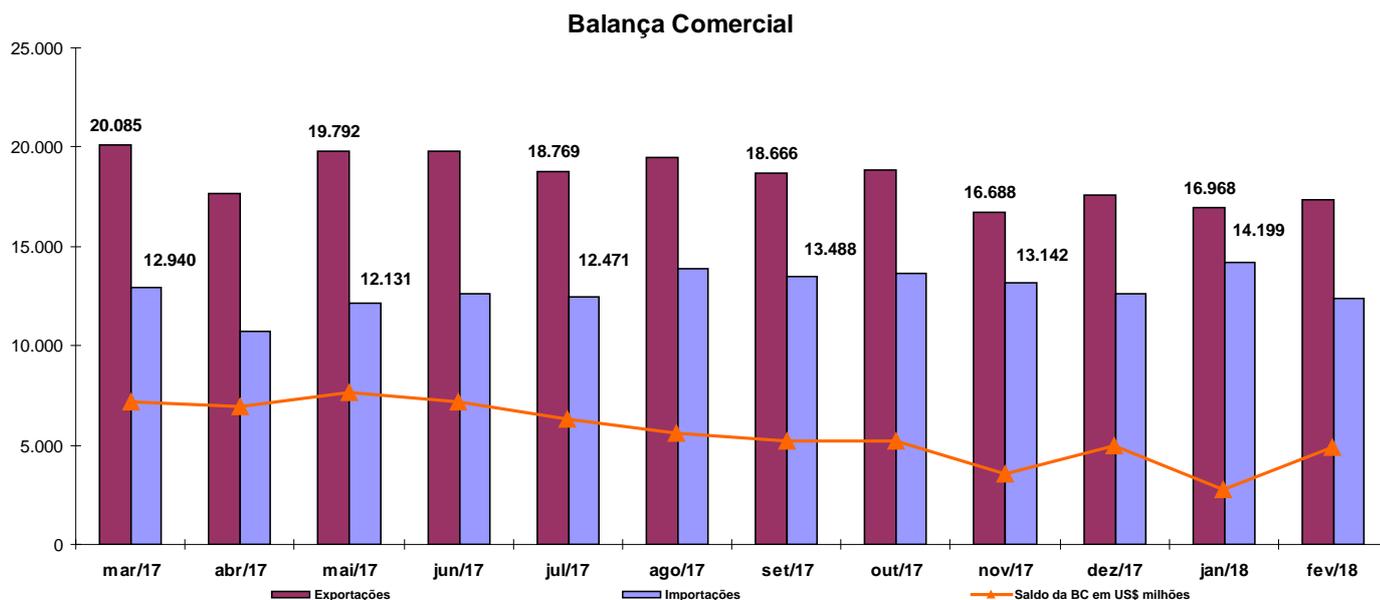
**TAXA DE INFLAÇÃO ANUAL MÉDIA PARA PAÍSES SELECIONADOS (PREÇOS AO CONSUMIDOR) 2004-2017**

PAÍSES	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Mundo	3,80	4,10	4,10	4,30	6,30	2,70	3,70	5,00	4,10	3,70	3,20	2,80	2,80	3,10
África do Sul	1,40	3,40	4,60	7,20	11,00	7,10	4,30	5,00	5,60	5,80	6,10	4,60	6,30	5,40
Alemanha	1,80	1,90	1,80	2,30	2,80	0,20	1,10	2,50	2,10	1,60	0,80	0,10	0,40	1,60
Argentina	1,80	1,90	1,80	2,30	2,80	0,20	1,10	2,50	2,10	1,60	0,80	0,10	0,40	1,60
Bolívia	4,40	5,40	4,30	6,70	14,00	3,30	2,50	9,90	4,50	5,70	5,80	4,10	3,60	3,20
Brasil	6,60	6,90	4,20	3,60	5,70	4,90	5,00	6,60	5,40	6,20	6,30	9,00	8,70	3,70
Canadá	1,80	2,20	2,00	2,10	2,40	0,30	1,80	2,90	1,50	0,90	1,90	1,10	1,40	1,60
Chile	1,10	3,10	3,40	4,40	8,70	1,50	1,40	3,30	3,00	1,90	4,40	4,30	3,80	2,30
China	3,90	1,80	1,50	4,80	5,90	-0,70	3,30	5,40	2,60	2,60	2,00	1,40	2,00	1,80
Colômbia	5,90	5,10	4,30	5,50	7,00	4,20	2,30	3,40	3,20	2,00	2,90	5,00	7,50	4,30
Coréia do Sul	2,75	2,24	2,53	4,67	2,76	2,94	4,03	2,19	1,3	1,27	0,71	0,97	2,75	...
Equador	2,70	2,20	3,30	2,30	8,40	5,20	3,60	4,50	5,10	2,70	3,60	4,00	1,70	0,70
Estados Unidos	2,70	3,40	3,20	2,90	3,80	-0,30	1,60	3,10	2,10	1,50	1,60	0,10	1,30	2,10
França	2,30	1,90	1,90	1,60	3,20	0,10	1,70	2,30	2,20	1,00	0,60	0,10	0,30	1,20
Índia	3,80	4,40	6,70	6,20	9,10	10,60	9,50	9,50	10,00	9,40	5,80	4,90	4,50	3,80
Indonésia	6,10	10,50	13,10	6,70	9,80	5,00	5,10	5,30	4,00	6,40	6,40	6,40	3,50	4,00
Itália	2,30	2,20	2,20	2,00	3,50	0,80	1,60	2,90	3,30	1,20	0,20	0,10	-0,10	1,40
Japão	0,00	-0,30	0,30	0,10	1,40	-1,30	-0,70	-0,30	-0,10	0,30	2,80	0,80	-0,10	0,40
México	4,70	4,00	3,60	4,00	5,10	5,30	4,20	3,40	4,10	3,80	4,00	2,70	2,80	5,90
Paraguai	4,30	6,80	9,60	8,10	10,20	2,60	4,70	8,30	3,70	2,70	5,00	3,10	4,10	3,50
Peru	3,70	1,60	2,00	1,80	5,80	2,90	1,50	3,40	3,70	2,80	3,20	3,50	3,60	3,20
Reino Unido	1,30	2,10	2,30	2,30	3,60	2,20	3,30	4,50	2,80	2,60	1,50	0,00	0,70	2,60
Rússia	10,90	12,70	9,70	9,00	14,10	11,70	6,90	8,40	5,10	6,80	7,80	15,50	7,00	4,20
Tailândia	2,80	4,50	4,70	2,20	5,50	-0,80	3,30	3,80	3,00	2,20	1,90	-0,90	0,20	0,60
Uruguai	9,20	4,70	6,40	8,10	7,90	7,10	6,70	8,10	8,10	8,60	8,90	8,70	9,60	6,10
Venezuela	31,09	21,75	15,95	13,66	18,70	31,44	27,08	28,19	26,09	21,07	40,64	62,17	121,74	254,95

FUNTE: Fundo Monetário Internacional, International Financial Statistics  
Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

**Comércio Internacional.****Balança Comercial Mensal (Fevereiro/2018) – MDIC****Fato**

Em fevereiro, a *Balança Comercial* fechou com *superávit* de US\$ 4,91 bilhões, resultado de *exportações* de US\$ 17,32 bilhões e *importações* de US\$ 12,41 bilhões. A *corrente do comércio* atingiu US\$ 20,72 bilhões. Em doze meses as *exportações* somaram US\$ 221,65 bilhões, e as *importações* US\$ 154,25 bilhões, resultando em *saldo comercial* positivo de US\$ 67,40 bilhões e *corrente do comércio* de US\$ 375,89 bilhões.



Fonte: MDIC

**Causa**

Utilizando o critério da média diária, na comparação com fevereiro de 2017, houve aumento de 11,9% nas *exportações* e de 13,7% nas *importações*, a *corrente do comércio* avançou 12,7%. Frente a janeiro de 2018, as *exportações* tiveram aumento de 24,7%, as *importações* de 6,8%, e a *corrente do comércio* cresceu 16,6%.

Em fevereiro, na comparação com igual mês do ano anterior os bens *manufaturados* tiveram aumento de 41,6% e os *semimanufaturados* 1,8%. Os bens *básicos* recuaram 7,5%. Em termos de países, os cinco principais compradores foram: China, Países Baixos, Estados Unidos, Argentina e Chile. Pelo mesmo critério de comparação, houve crescimento de 24,4% nas *importações* de bens de capital, 21,3% nos bens de consumo, 11,7% nos bens intermediários e 7,5% em combustíveis e lubrificantes. Os cinco principais fornecedores para o Brasil foram: China, Estados Unidos, Alemanha, Argentina e Coréia do Sul.

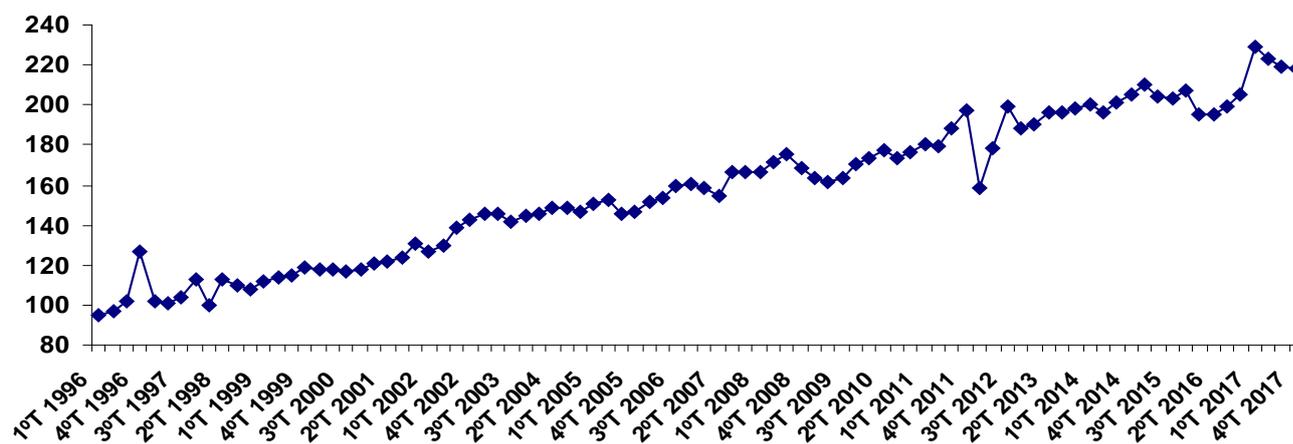
**Conseqüências**

A *Balança Comercial* segue apresentando *saldo positivo*, sendo que nos últimos períodos tanto as *exportações* como as *importações* têm crescido, sendo que as primeiras em ritmo mais intenso do que as segundas.

**Atividade****PIB – Indicadores de Volume e Valores Correntes (4º Trimestre 2017) - IBGE.****Fato**

O *Produto Interno Bruto - PIB a preços de mercado* cresceu 0,1% no quarto trimestre de 2017, frente ao terceiro trimestre, chegando a R\$ 1,70 trilhão. No ano de 2017 o *PIB* avançou 1,0% em relação a 2016, totalizando R\$ 6,56 trilhões. O *PIB per capita* teve avanço de 0,2% alcançando R\$ 31.587. A taxa de *Investimento* de 2017 foi de 15,6% e a de *Poupança* 14,8%.

## PIB pm - Volume Trim. (1995=100)



Fonte: IBGE - Índice Série encadeada do índice de volume trimestral com ajuste sazonal (Base: média 1995 = 100) (Número índice)

### Causa

Dentre os componentes da *oferta*, no quarto trimestre, frente ao trimestre imediatamente anterior, o maior crescimento foi na *Indústria*, 0,5%, seguido do setor de *Serviços*, 0,2%. Já a *Agropecuária* ficou estável no mês. Pelo lado da *demanda*, a *Formação Bruta de Capital Fixo* avançou 2,0% e a *Despesa de Consumo da Administração Pública*, 0,2%. A *Despesa de Consumo das Famílias* manteve-se praticamente estável frente ao trimestre anterior.

Em 2017, a *Agropecuária* teve o melhor desempenho, com avanço de 13,0% decorrente principalmente da *agricultura*, com destaque para as lavouras de *milho*, 55,2% e da *soja* 19,4%. O setor de *Serviços* cresceu 0,3% e a *Indústria* manteve-se estável. Pelo lado da *demanda*, a *Formação Bruta de Capital Fixo* recuou 1,8%, justificada pelo desempenho negativo da *construção civil*. A *Despesa de Consumo do Governo* diminuiu 0,6%. Já a *Despesa de Consumo das Famílias* cresceu 1,0%. Pela demanda externa, as *Exportações de Bens e Serviços* registraram expansão de 5,2%, e as *Importações* 5,0%.

### Consequências

O crescimento de 2017 ocorreu após dois anos de queda, e foi “*puxado*” principalmente pela *Agropecuária*, o ano de 2018 promete apresentar desempenho mais favorável.

### Atividade

#### Produção Industrial Mensal (Dezembro/2017) – IBGE

### Fato

Em dezembro, a *produção industrial* mostrou variação de 2,8% com relação ao mês anterior. Frente a dezembro de 2016, o avanço foi de 4,3%. No acumulado dos últimos doze meses ocorreu crescimento de 2,5%.

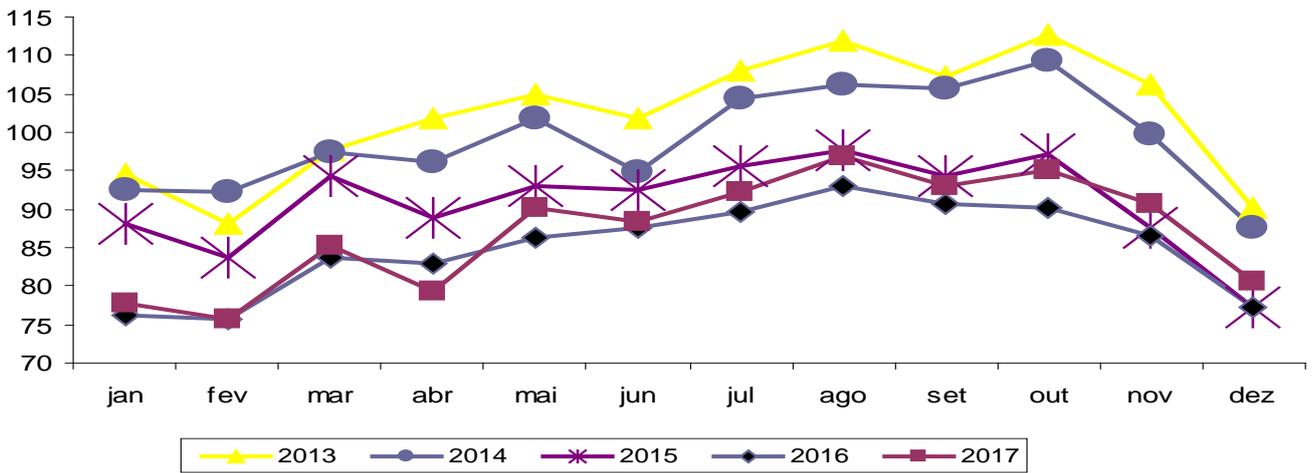
### Causa

Na comparação com o mês anterior, entre as categorias de uso, *bens de consumo duráveis* cresceram 5,9%, segundo resultado positivo consecutivo, acumulando neste período alta de 8,9%. Os *bens de consumo semi e não-duráveis* e os *bens intermediários* cresceram 3,0% e 1,7%, respectivamente. Os *bens de capital* não tiveram variação no mês.

Comparativamente ao mesmo mês do ano anterior os maiores avanços ocorrem nos *bens de consumo duráveis*, 20,8%, e *bens de capital*, 8,8%. O segmento de *bens intermediários* cresceu 4,2% e os *bens de consumo semi e não duráveis* 0,2%.

O indicador acumulado no ano o avanço mais forte ocorreu na produção de *bens de consumo duráveis* 13,3%, pressionado pela redução na produção de *automóveis* e de *eletrodomésticos*. Os *bens de capital* avançaram 6,0%, principalmente em decorrência de *bens de capital para equipamentos de transporte, de uso misto e para construção*. Os *bens intermediários* e os *bens de consumo semi e não-duráveis* também registraram aumento, 1,6% e 0,9%, respectivamente.

### Produção Industrial BRASIL



Fonte: IBGE - Índice de base fixa mensal sem ajuste sazonal (Base: média de 2002 = 100)

#### Consequência

A indústria segue em processo de recuperação, mas o crescimento que se configura, ocorre frente a uma base de comparação muito baixa.

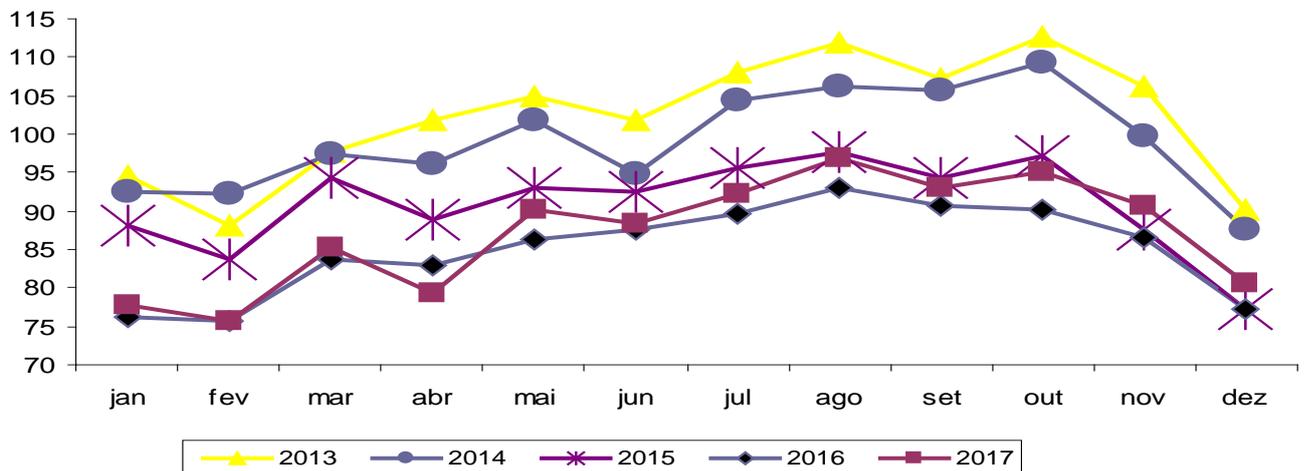
#### Atividade

##### Pesquisa Industrial - Regional – Brasil (Dezembro/2017) - IBGE

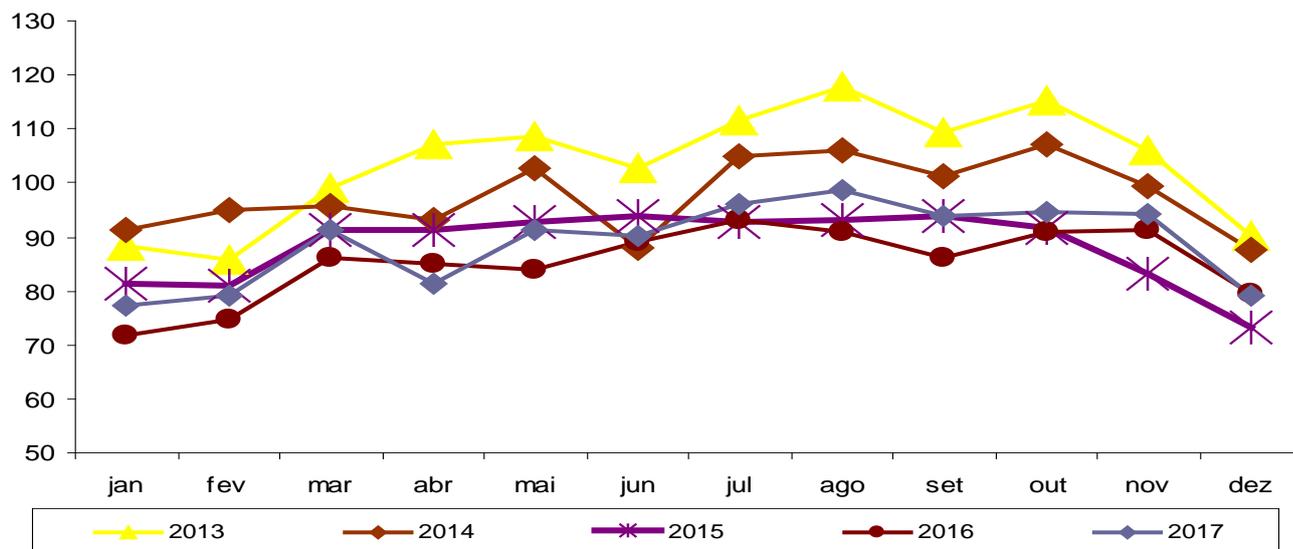
#### Fato

Entre novembro e dezembro de 2017, a produção industrial aumentou em oito dos quatorze locais pesquisados, na comparação com dezembro de 2016 o avanço também ocorreu em oito regiões, e no acumulado do ano, doze dos quinze locais pesquisados, registraram crescimento. No Paraná a produção industrial avançou 1,6% frente ao mês anterior, caiu 0,5% na comparação com dezembro de 2016 e cresceu 4,4% no acumulado no ano.

### Produção Industrial BRASIL



## Produção Industrial PARANÁ



Fonte: IBGE - Índice de base fixa mensal sem ajuste sazonal (Base: média de 2002 = 100)

### Causa

Na comparação com o mês anterior os locais que registraram as maiores avanços foram: Rio Grande do Sul, Amazonas, Ceará, São Paulo, Santa Catarina e **Paraná**. Os recuos ocorreram em Goiás, Pará, Pernambuco, Espírito Santo, Bahia e região Nordeste. No confronto com o mesmo mês do ano anterior, os locais com maior crescimento foram: Amazonas, São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso. Por outro lado, registraram as queda intensas: Espírito Santo, Pernambuco, região Nordeste, Bahia, Minas Gerais, **Paraná** e Ceará.

No **Estado do Paraná**, na comparação com o mesmo mês no ano anterior, das treze atividades pesquisadas, apenas quatro registraram recuo. Os maiores impactos negativos vieram dos setores de *máquinas e equipamentos*, pressionadas pela menor produção de *máquinas para colheita e tratores agrícolas*. Vale citar ainda os avanços vindos de *produtos alimentícios* e de *outros produtos químicos*.

### Consequência

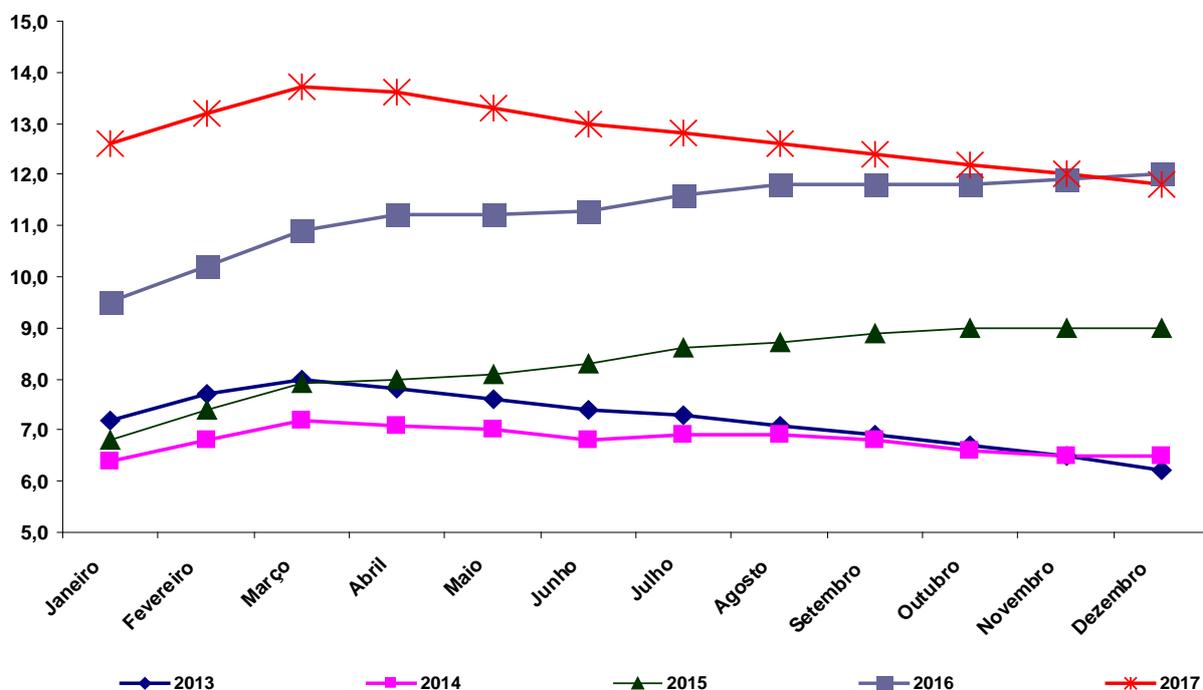
Apesar da queda no confronto com dezembro de 2016, em maiores períodos de comparação, o setor *industrial* no **Paraná** segue em recuperação em ritmo lento e gradual, seguindo a tendência nacional.

### Atividade

**PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Trimestre encerrado em Dezembro/2017) – IBGE**

### Fato

A **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio** apontou, para o trimestre outubro a dezembro de 2017, *taxa de desocupação* de 11,8%, com queda de 0,6 p.p. frente ao trimestre encerrado em setembro e estabilidade na comparação com o trimestre encerrado em dezembro de 2016 (12,0%). O *rendimento médio real habitualmente recebido* ficou em R\$ 2.154, 0,9% superior ao trimestre encerrado em setembro e 1,6% maior do que dezembro de 2016.



Fonte: IBGE

### Causa

No trimestre encerrado em dezembro, havia cerca de 12,3 milhões de *peças desocupadas*, 5% a menos que em relação ao trimestre encerrado em setembro. Na comparação com o mesmo trimestre de 2016, ocorreu estabilidade. De 2014 a 2017, a *média anual de desocupados* passou de 6,7 milhões para 13,2 milhões.

A *massa de rendimento médio real habitualmente recebido* em todos os trabalhos pelas pessoas ocupadas foi estimada em R\$ 193,4 bilhões, com aumento de 1,9% frente ao trimestre anterior e 3,6% em relação ao trimestre encerrado em dezembro de 2016.

### Consequência

Decorrente da queda na *atividade econômica* a *taxa de desemprego* ainda segue em patamar elevado, seguindo a recuperação em um processo lento e gradual.

### Atividade

#### Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (Janeiro/2018) – IBGE

### Fato

O *Levantamento Sistemático da Produção Agrícola* apontou para uma *produção* de 226,1 milhões de toneladas em 2018, 6,0% inferior à *produção* obtida no ano de 2017. O Mato Grosso aparece como o maior *produtor nacional de grãos*, com 25,2% da produção nacional, seguido pelo **Paraná**, com 17,6% e Rio Grande do Sul, 14,7%, os três Estados somam 57,5% do total da produção.

### Causa

As produções de *arroz milho* e *soja*, que correspondem a 86,8% da área plantada e 92,8% do total da produção tiveram as seguintes variações para a produção, recuo de 2,2% para a *soja*, 13,8% para o *milho* e 5,7% para o *arroz*.

O *levantamento sistemático da produção agrícola* registrou variação positiva para 14 dos 25 produtos pesquisados: *algodão herbáceo em caroço*, *amendoim em casca 2ª safra*, *aveia em grão*, *cacau em amêndoa*, *café em grão – arábica*, *café em grão – canephora*, *cevada em grão*, *feijão em grão 1ª e 2ª safras*, *mamona em baga*, *mandioca*, *sorgo em grão*, *trigo em grão* e *triticale em grão*

Em sentido contrário, deverão apresentar redução na quantidade produzida: *amendoim em casca 1ª safra*, *arroz em casca*, *batata-inglesa 1ª, 2ª e 3ª safras*, *cana-de-açúcar*, *cebola*, *feijão em grão 3ª safra*, *laranja*, *milho em grão 1ª e 2ª safras* e *soja em grão*.

A *distribuição regional da safra* ficou da seguinte forma: Centro-Oeste, 97,4 milhões de toneladas, Região Sul, 79,7 milhões de toneladas, Sudeste, 22,0 milhões de toneladas, Nordeste, 18,7 milhões de toneladas e Norte, 8,4 milhões de toneladas.

### Consequência

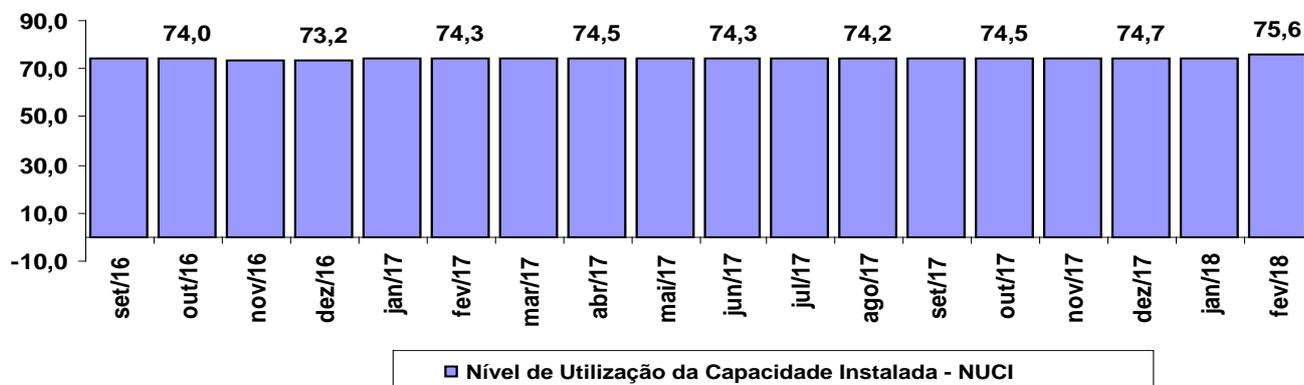
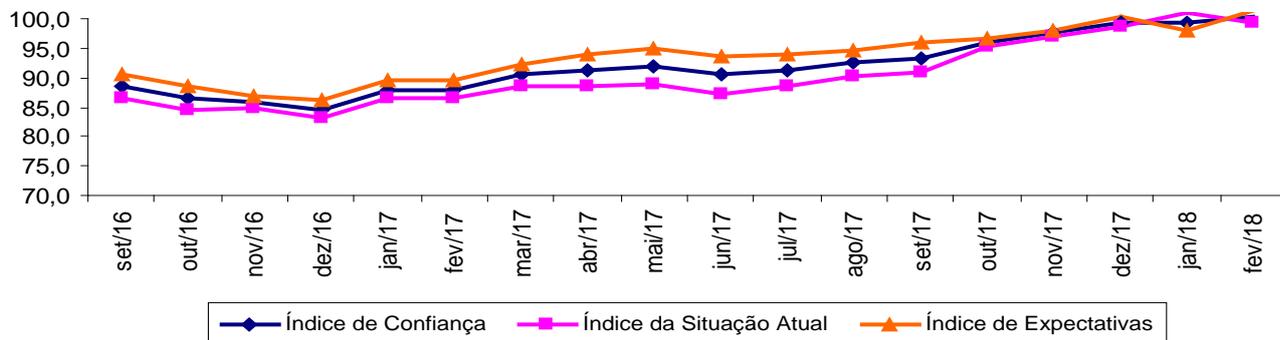
O prognóstico apresenta em 2018 uma *produção* inferior à *safr agrícola recorde* de 2017, porém o quadro de produção pode apresentar melhora ao longo do ano, condicionado pelas condições climáticas e pluviométricas.

## Atividade

### Sondagem da Indústria (Fevereiro/2018) – FGV

#### Fato

Na passagem de janeiro para fevereiro, o *Índice de Confiança da Indústria* avançou 1,0 ponto, passando de 99,4 para 100,4 pontos, ultrapassando o nível neutro de 100 pontos pela primeira vez desde setembro de 2013. O *Índice da Situação Atual* diminuiu 1,5 pontos para 99,4 pontos e o *Índice de Expectativas* cresceu 3,4 para 101,4 pontos. A *utilização da capacidade instalada* avançou 0,9 p.p., atingindo 75,6%.



Fonte: FGV

#### Causa

No índice pertinente a *situação atual* – ISA, houve piora no indicador que mede a *situação atual dos negócios*, com queda de 2,2 pontos, para 96,4 pontos, o menor nível histórico. No que tange ao *Índice das Expectativas* - IE, o indicador que mede as expectativas com a *evolução do pessoal ocupado nos três meses seguintes* foi o que exerceu a maior influência positiva, com avanço de 5,9 pontos.

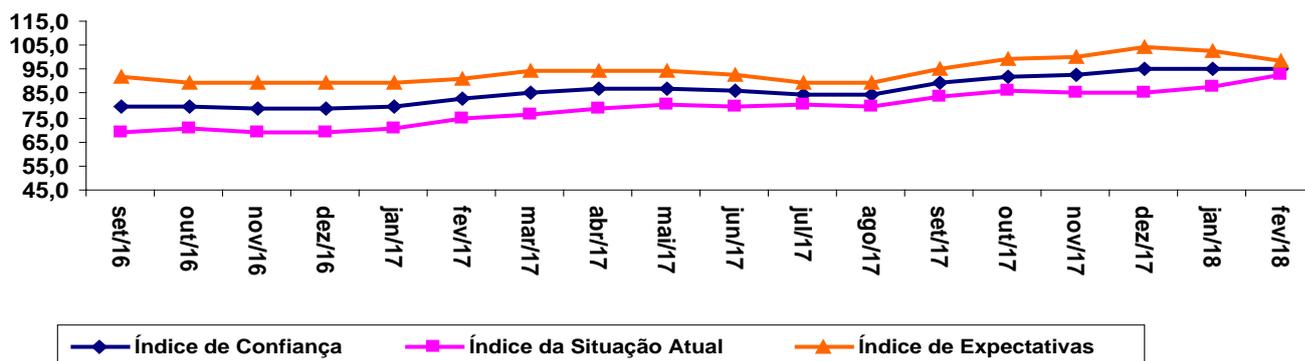
#### Conseqüências

O avanço no ICI mensal reafirma a recuperação do setor. Para os próximos meses a expectativa é de continuidade na trajetória, ainda que de forma lenta.

### ICom - Sondagem do Comércio (Fevereiro/2018) – FGV

#### Fato

O *Índice de Confiança do Comércio* - ICom subiu 0,4 pontos frente ao mês anterior, atingindo 95,5 pontos, o maior nível desde abril de 2014. O *Índice da Situação Atual* – ISA cresceu 4,8 pontos, atingindo 92,8 pontos, já o *Índice de Expectativas* - IE caiu 4,0 pontos, chegando a 98,4 pontos.



Fonte: FGV Trimestre findo em

### Causa

O avanço do **ISA-Com** no mês deve-se principalmente pela melhora de um indicador que mede o *desconforto do Comércio*, construído a partir da soma das proporções de empresas que apontam fatores limitativos, como *demandas insuficientes*, *custo financeiro* e *acesso a crédito bancário*.

### Consequência

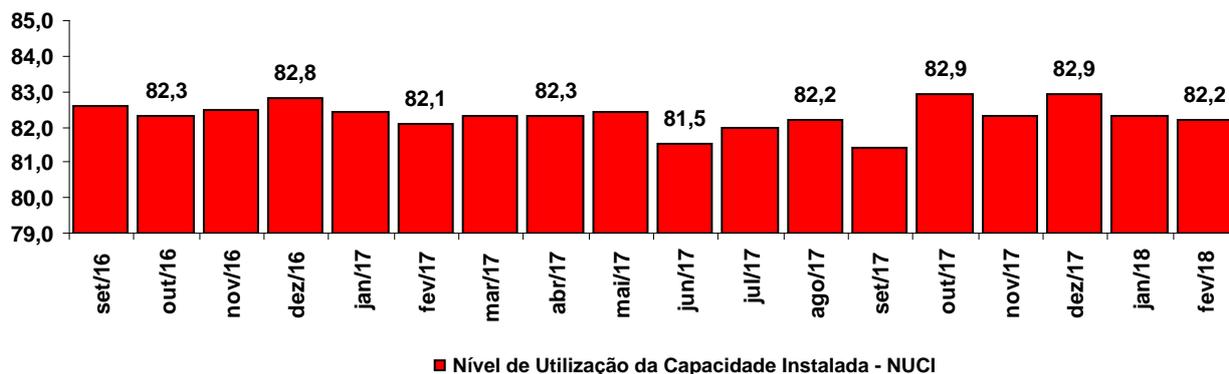
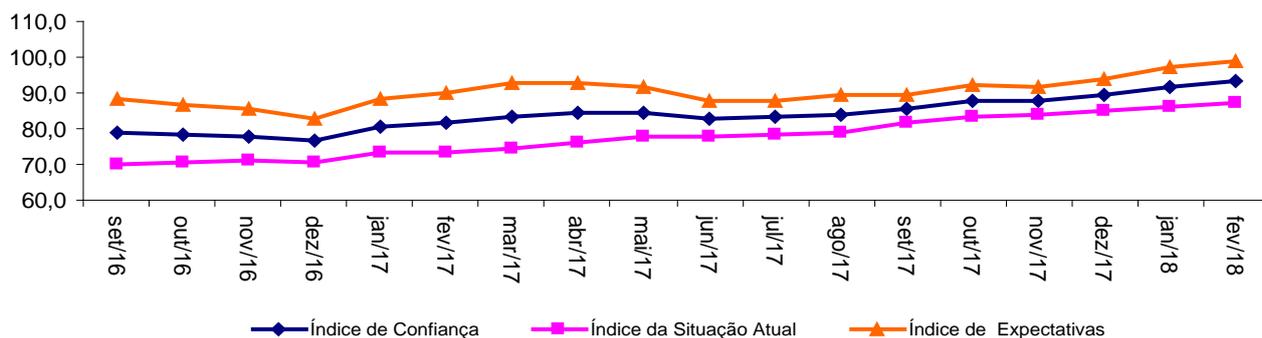
Apesar de apresentar ainda alguma fragilidade, a tendência de alta gradual deve se manter nos próximos meses, principalmente por conta do *comportamento da inflação* e da *redução da taxa de juros*.

### Atividade

#### Sondagem de Serviços (Fevereiro/2018) – FGV

### Fato

O *Índice de Confiança de Serviços - ICS* subiu 1,3 pontos entre janeiro e fevereiro, passando de 91,8 para 93,1 pontos, o maior nível desde abril de 2014. O *Índice da Situação Atual – ISA* cresceu 1,2 pontos passando de 86,2 para 87,4 pontos. O *Índice de Expectativas - IE* cresceu 1,5 pontos atingindo 98,9 pontos.



Fonte: FGV

### Causa

No **ISA**, destacou-se a avaliação mais favorável sobre o *volume de demanda atual*, com avanço de 1,5 pontos. Nas *expectativas*, houve avanço de 2,0 pontos no indicador que mede o grau de otimismo em relação à *situação dos negócios nos seis meses seguintes*.

### Consequência

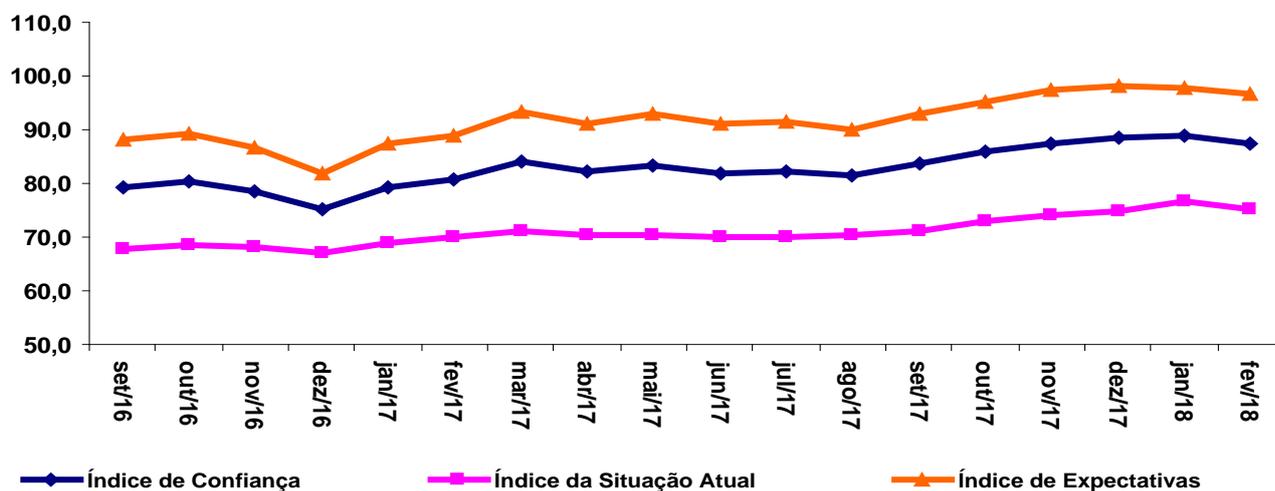
O indicador retrata um setor em processo de recuperação, porém, lenta e com alguns solavancos. Para os próximos meses é esperada continuidade na trajetória.

### Atividade

#### ICC – Índice de Confiança do Consumidor (Fevereiro/2018) – FGV

### Fato

Entre os meses de janeiro e fevereiro, o **ICC** caiu 1,4 pontos passando de 88,8 para 87,4 pontos. O índice da *Situação Atual* recuou 1,6 pontos, de 76,6 para 75,2 pontos, e o *Índice das Expectativas* diminuiu 1,1 pontos, de 97,6 para 96,5 pontos.



Fonte: FGV

### Causa

Com relação à situação presente a maior queda foi proveniente da *situação econômica no momento*, com queda de 2,7 pontos. Pelo lado das expectativas a situação *econômica nos seis meses seguintes* recuou pelo segundo mês consecutivo.

### Consequência

Apesar da queda no mês, o resultado sugere acomodação, devendo nos próximos períodos retomar o ritmo de gradual recuperação.

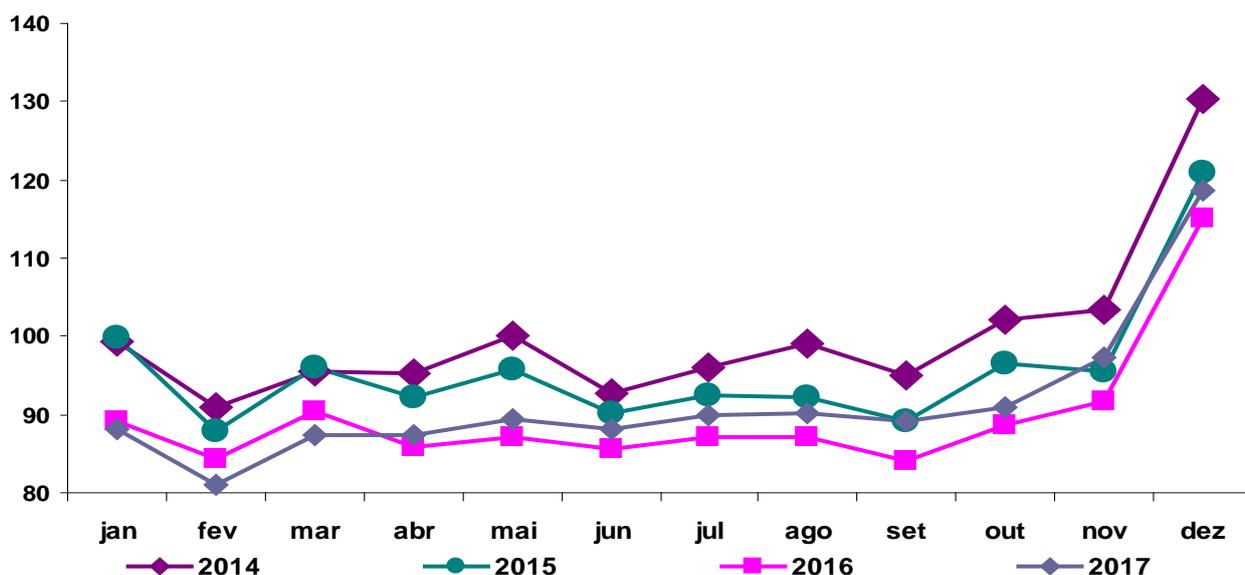
### Atividade

#### Pesquisa Mensal do Comércio (Dezembro/2017) – IBGE

### Fato

No mês de dezembro frente ao mês anterior, o *volume de vendas* do comércio varejista diminuiu 1,5%, e a *receita nominal* 2,2%. Nas demais comparações, sem ajustamento, as taxas para o *volume de vendas* foram de 3,3% sobre dezembro de 2016 e negativos 2,0% no acumulado do ano. A *receita nominal* obteve taxas de 2,6% com relação a igual mês de 2016 e 2,2% no acumulado no ano.

No *comércio varejista ampliado* o *volume de vendas* apresentou as seguintes variações, queda de 0,8% frente a novembro 2016, avançou de 6,4% no comparativo com o mesmo mês do ano anterior e 4,0% no acumulado no ano. A *receita nominal* teve variações de negativos 0,7% frente ao mês anterior, positivos 4,8% em relação a dezembro de 2016 e 3,6% no acumulado do ano.



Fonte: IBGE

Índices de volume e de receita nominal de vendas no comércio varejista por tipos de índice (2003 = 100)

## Causa

No confronto com dezembro de 2016, no que tange ao *volume de vendas*, quatro das oito atividades apresentaram variações positivas. Por ordem de contribuição no resultado global, foram: *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo*, 4,5%, *Tecidos, vestuário e calçados*, 7,0%, *Móveis e eletrodomésticos*, 8,2% e *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos*, 7,1%. Por outro lado apresentaram queda: *Combustíveis e lubrificantes*, 7,2%, *Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação*, 18,2%, *Livros, jornais, revistas e papelaria*, 9,7% e *Outros artigos de uso pessoal e doméstico*, 0,6%. Considerando ainda a comparação com dezembro de 2017, nas atividades do *comércio varejista ampliado, Veículos, motos, partes e peças*, teve crescimento de 6,4% e *Material de construção* 9,1%.

## Consequência

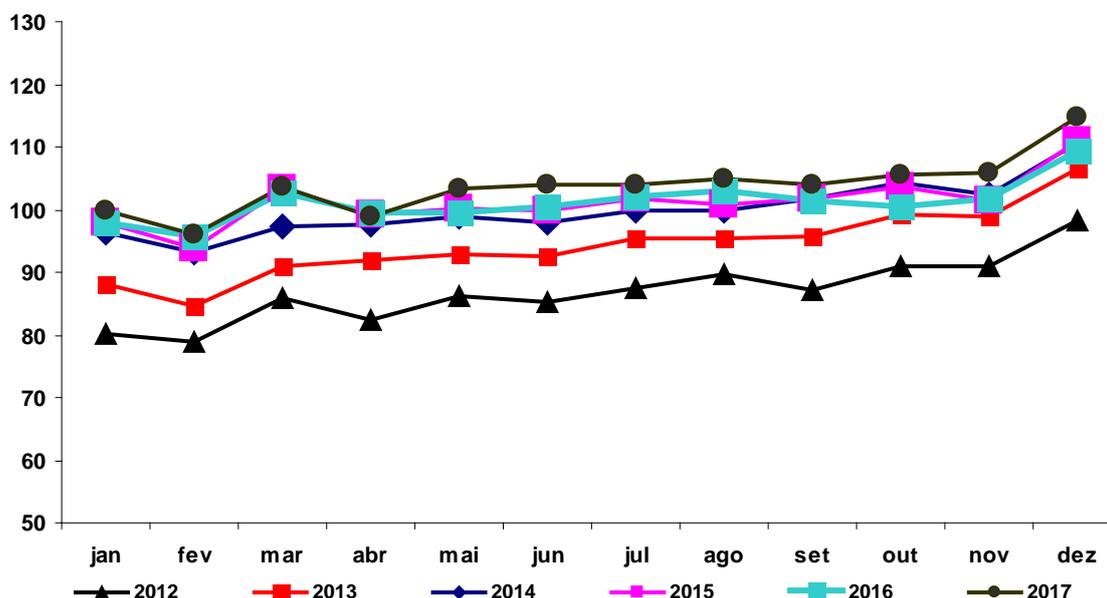
A *atividade comercial* segue em recuperação, porém em ritmo lento, decorrente da gradual retomada do ritmo de atividade econômica e do emprego.

## Atividade

### Pesquisa Mensal de Serviços (Dezembro/2017) – IBGE

## Fato

No mês de dezembro frente ao mês imediatamente anterior, o *volume de serviços* cresceu 1,3% e a *receita nominal dos serviços* 0,9%. Frente a igual mês do ano anterior o *volume* cresceu apenas 0,5%, e a *receita nominal* aumentou 5,0%. No acumulado do ano a taxa do *volume de serviços* ficou em negativos 2,8%, e a da *receita nominal* cresceu 2,5%.



Fonte: IBGE

Índices de volume e de receita nominal de vendas no comércio varejista por tipos de índice (2003 = 100)

## Causa

No confronto com dezembro de 2016, as contribuições positivas para o *volume* foram: de *Transportes, serviços auxiliares dos transportes e correio* com 4,8%, seguido por *Serviços de informação e comunicação*, 2,3%. As contribuições negativas foram: *Serviços profissionais, administrativos e complementares*, 3,9%, *Outros serviços*, 5,6% e *Serviços prestados às famílias*, 3,7%.

## Consequência

A exemplo de outros *setores da economia*, os *serviços* seguem em lenta recuperação, condicionado principalmente pela recuperação do *nível de emprego* e da *massa salarial*.

## Inflação

### IGP-10 (Fevereiro/2018) – FGV

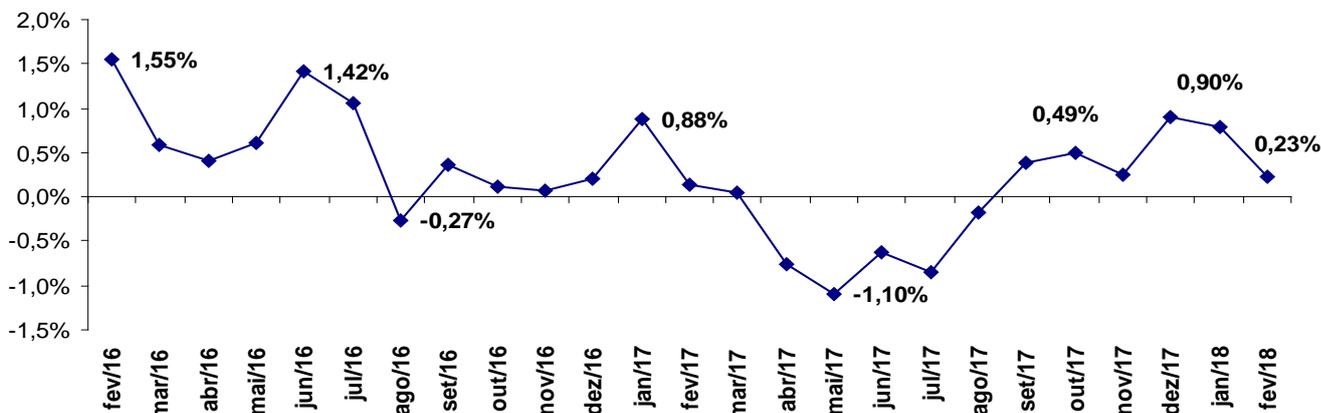
## Fato

Em fevereiro, o **IGP-10** registrou variação de 0,23%, 0,56 p.p. abaixo da inflação de janeiro. Em doze meses, o índice acumula variação negativa de 0,42%.

### Causa

No mês de janeiro, o **IPA** apresentou variação inferior ao do mês anterior em 0,97 p.p., apresentando variação de 0,09%. Na composição deste índice as *Matérias-Primas Brutas* recuaram 2,35 p.p., atingindo valor de negativos 0,40%, com destaque para *minério de ferro, bovinos e aves*. Os *Bens Finais* reduziram a taxa de variação em 0,28 p.p., chegando a 0,46%, no qual se sobressaiu o subgrupo *alimentos processados*. O grupo *Bens Intermediários* avançaram 0,38 p.p., decorrente de *combustíveis e lubrificantes*.

O **IPC** registrou variação de 0,57%, 0,21 p.p. acima da variação do mês anterior com o principal avanço em *Educação, Leitura e Recreação*, com destaque para o item  *cursos formais*. Também registraram acréscimos em suas taxas de variação os grupos *Transportes, Alimentação, Vestuário e Saúde e Cuidados Pessoais*. O **INCC** teve aquecimento de 0,24 p.p., com aceleração em *Materiais, Equipamentos e Serviços* e recuo em *Mão de Obra*.



Fonte: FGV

### Consequência

O **IGP-10** voltou a apresentar desaceleração e o patamar reduzido traz reflexos nos valores acumulados, podendo influenciar em uma condução mais flexível da *Política Econômica*.

### Inflação

#### IGP-M (Fevereiro/2018) – FGV

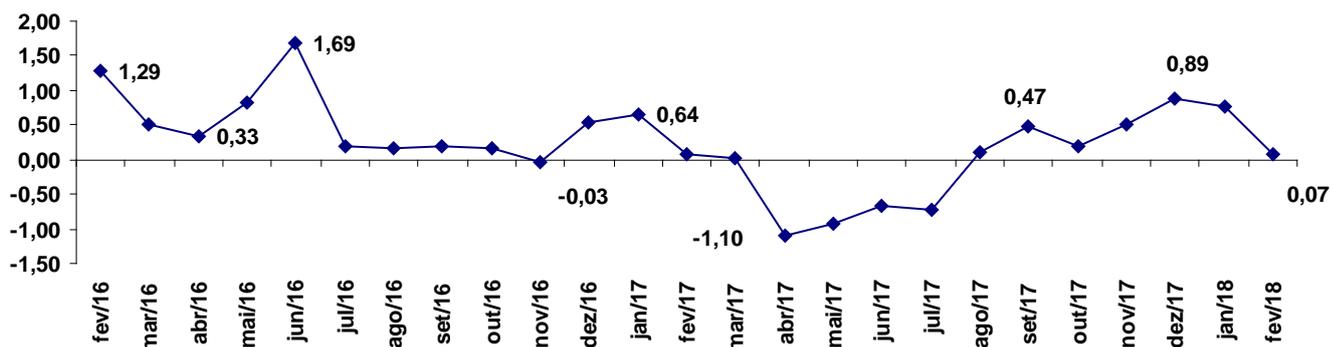
#### Fato

O **IGP-M** variou 0,07%, em fevereiro, 0,69 p.p. abaixo da variação de janeiro. Em doze meses o acumulado é de negativos 0,42%.

### Causa

Dos índices que compõe o **IGP-M**, o **IPA**, que responde por 60% na composição do índice, registrou desaceleração de 0,93 p.p., com destaque para *Matérias-Primas Brutas*, que recuou 1,31 p.p., decorrente principalmente da variação dos preços de: *minério de ferro, bovinos e aves* e dos *Bens Finais* que tiveram variação 1,35 p.p. menor, com *combustíveis para consumo* sendo o principal responsável pelo *desaquecimento*. Os *Bens Intermediários* recuaram 0,18 p.p. decorrente principalmente da redução nos preços dos *combustíveis e lubrificantes para a produção*.

O **IPC** recuou 0,28 p.p., com o principal decréscimo em *Alimentação*, como consequência do comportamento das *hortaliças e legumes*. Também apresentaram recuo em suas taxas de variação: *Educação, Leitura e Recreação, Vestuário, Habitação e Comunicação*. O **INCC** apresentou desaceleração de 0,14 p.p., com recuo em *Materiais, Equipamentos e Serviços* 0,27 p.p. e não variação em *Mão de Obra*.



Fonte: FGV

## Consequência

Após duas breves altas consecutivas o **IGP-M** volta a recuar pelo segundo mês consecutivo e a exemplo de outros *índices inflacionários*, segue em patamar comportado.

## Inflação

### **IGP-DI (Janeiro/2018) – FGV**

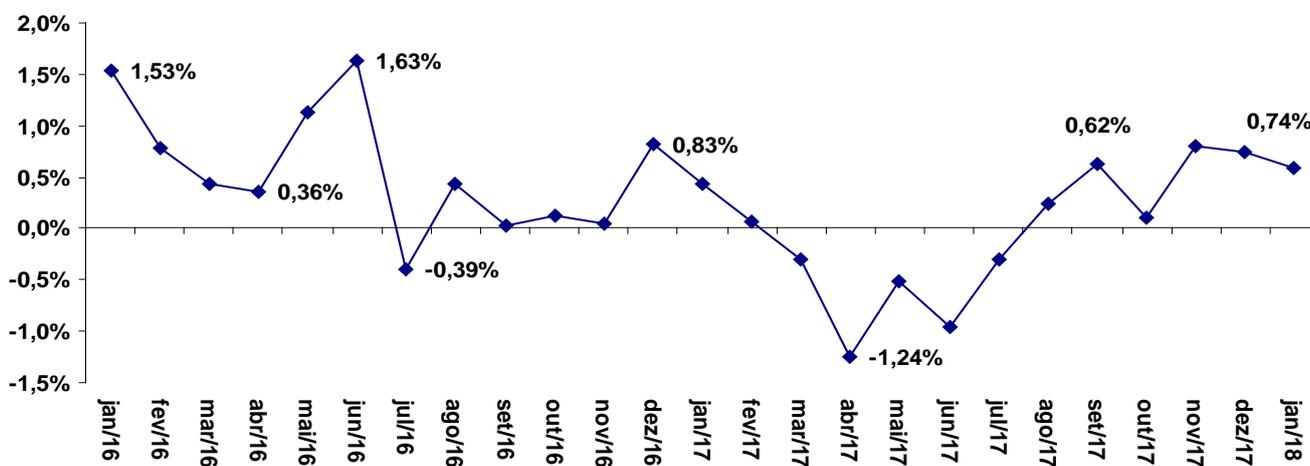
#### Fato

O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (**IGP-DI**) registrou variação 0,58% em janeiro, desacelerando 0,16 p.p. ante a *inflação* registrada em dezembro. Em doze meses a variação foi de negativos 0,28%.

#### Causa

Em janeiro, o **IPA** apresentou variação de 0,58%, diminuindo 0,49 p.p. frente ao mês anterior, em decorrência do recuo nas *Matérias-Primas Brutas*, 2,44 p.p., com destaque para *minério de ferro, soja e bovinos*. Os *Bens Intermediários* apresentaram aceleração de 0,88 p.p., destacando-se o aumento nos preços dos *combustíveis e lubrificantes para produção* e os *Bens Finais* tiveram variação 0,29 p.p. menor, causada pela queda nos preços de *alimentos processados*.

O **IPC** avançou 0,48 p.p., influenciado pela maior variação em *Alimentação* com destaque para *hortaliças e legumes*. Também tiveram variações maiores, *Educação, Leitura e Recreação, Transportes, Vestuário, Comunicação e Saúde e Cuidados Pessoais*. O **INCC** teve aceleração de 0,24 p.p., com avanço em *Materiais, Equipamentos e Serviços* e estabilidade em *Mão de Obra*.



Fonte: FGV

## Consequência

Após o avanço em dezembro o índice voltou a ter *desaquecimento*, condicionado principalmente pelas *Matérias-Primas Brutas*. Para os próximos meses a expectativa é de continuidade na trajetória de queda.

## Inflação

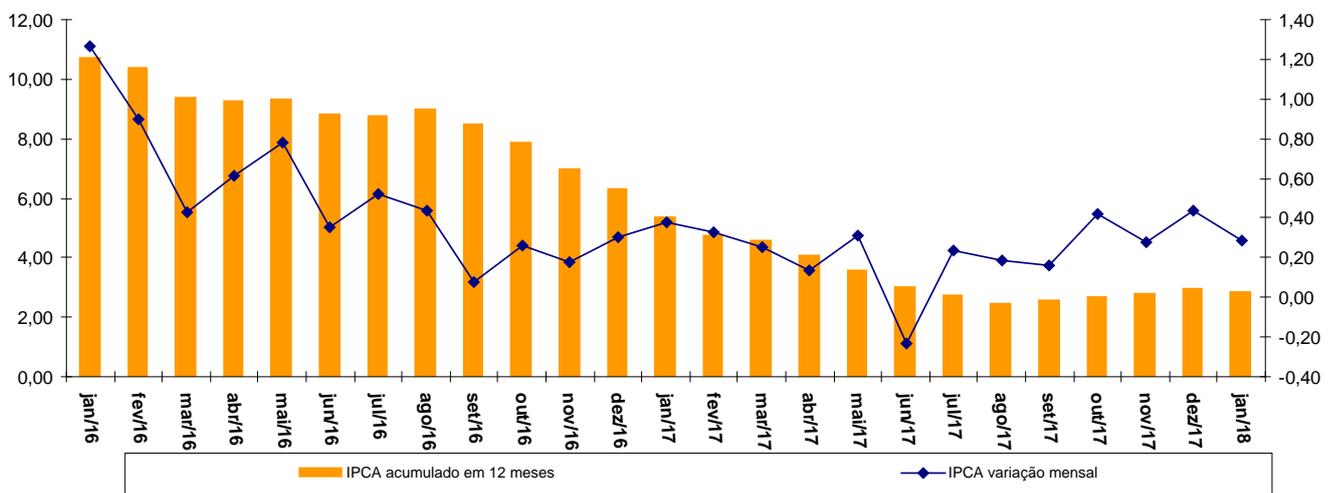
### **IPCA (Janeiro/2018) – IBGE**

#### Fato

O **IPCA** variou 0,29% em janeiro, 0,15 p.p. abaixo da variação de dezembro, sendo o menor índice para o mês de janeiro desde a criação do *Plano Real*. O índice acumulado em doze meses é de 2,86%, inferior ao registrado nos doze meses imediatamente anteriores, 2,95%. Em **Curitiba** o índice desacelerou 0,31 p.p., registrando variação de 0,26%, em doze meses o acumulado é de 3,37%.

#### Causa

A maior variação registrada no mês se deve principalmente ao grupo *Transportes*, com variação de 1,10%, decorrente substancialmente de *gasolina*, que teve variação de 2,44%, maior impacto individual no **IPCA** do mês. O grupo *Alimentação e Bebidas* teve variação de 0,74%, com destaque para *tomate e batata inglesa*. Variações negativas ocorreram nos grupos *Habituação* e *Vestuário*.



Fonte: IBGE

### Consequência

O *IPCA* segue comportado, permitindo uma condução mais flexível da *taxa de juros*. Para os próximos meses pode ocorrer algum aquecimento em decorrência da variação do *preço dos alimentos*.

### Inflação

#### IPCA - 15 (Fevereiro/2018) – IBGE

#### Fato

O *IPCA - 15* registrou variação de 0,38% em fevereiro, apresentando recuo de 0,1 p.p. frente ao mês anterior. No ano e nos últimos doze meses os acumulados são 0,77% e 2,86%, respectivamente. Em **Curitiba** a variação foi de 0,25%, 0,27 p.p. abaixo do registrado no mês anterior, acumulando 0,78% no ano e 3,32% em 12 meses.

#### Causa

A pressão mais forte sobre o índice veio do grupo *Educação*, 4,01%, refletindo os reajustes habitualmente praticados no início do ano letivo, principalmente os aumentos das mensalidades dos  *cursos regulares*, cujos valores subiram 5,24%, representando o maior impacto individual no índice, 0,16 p.p. Também o grupo *Transporte* teve alta expressiva no mês, consequência da variação nos preços dos *combustíveis* e *ônibus urbano*.

### Consequência

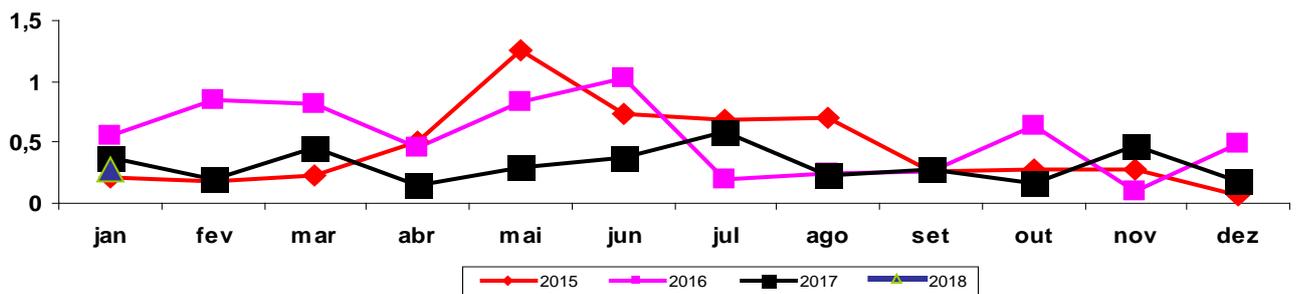
O aumento no mês deveu-se a *fatores sazonais*, notadamente o item  *cursos regulares*, porém a inflação encontra-se em patamar comportado e deverá trazer repercussões sobre a *política de juros do Banco Central*.

### Inflação

#### Custos e Índices da Construção Civil (Janeiro/2018) – IBGE - Caixa Econômica Federal

#### Fato

O *Índice Nacional da Construção Civil* variou 0,27% em janeiro, 0,09 p.p. acima da variação de dezembro, em doze meses a variação foi de 3,71%. O *custo nacional por metro quadrado* passou de R\$ 1.066,68, em dezembro, para R\$ 1.069,61 em janeiro sendo R\$ 547,70 relativos aos *materiais* e R\$ 521,91 à *mão-de-obra*. No **Estado do Paraná**, a variação mensal foi de 0,27% e em doze meses 2,10%, chegando o *custo por metro quadrado* a R\$ 1.081,29.



Fonte: IBGE e CAIXA

## **Causa**

Na composição do índice a parcela dos *materiais* variou 0,50%, 0,36 p.p. acima do índice de dezembro, e a componente *mão-de-obra*, diminuiu a taxa de variação em 0,18 p.p., passando de 0,22% em dezembro para 0,04% em janeiro.

Os *custos regionais*, por metro quadrado, foram: R\$ 1.116,94 no Sudeste, R\$ 1.066,91 no Norte, R\$ 1.081,68 no Centro-Oeste, R\$ 1.106,85 no Sul e R\$ 994,66 no Nordeste.

## **Consequência**

Em fevereiro o índice não deverá apresentar aceleração mais intensa, o que só deve ocorrer em março, decorrente do *reajuste salarial* em alguns Estados, o que irá se repetir com intensidade maior em maio, como consequência do *dissídio* da categoria em São Paulo.

## **Inflação**

### **IPP - Índices de Preço ao Produtor (Dezembro/2017) – IBGE**

## **Fato**

O IPP apresentou variação de 0,46% em dezembro, ficando, portanto 0,94 p.p. inferior à variação do mês anterior e 0,83 p.p. menor do que a do mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano à variação foi de 4,18%.

## **Causa**

No mês, frente ao mês imediatamente anterior, as maiores variações foram em *indústrias extrativas, impressão, confecção de artigos do vestuário e acessórios, madeira e máquinas, aparelhos e materiais elétricos* e as maiores influências vieram de *indústrias extrativas, refino de petróleo e produtos de álcool, metalurgia e outros produtos químicos*.

No acumulado do ano, as maiores variações ocorreram em *refino de petróleo e produtos de álcool, metalurgia, papel e celulose e indústrias extrativas*. As maiores influências vieram de *refino de petróleo e produtos de álcool, alimentos, metalurgia e outros produtos químicos*.

## **Consequência**

O índice de preços ao produtor acumulado fechou o ano em patamar moderado, o que deve influenciar o comportamento futuro dos preços no varejo.

## **Operações de Crédito**

### **Nota à Imprensa (Janeiro/2018) - BACEN**

## **Fato**

O estoque das operações de crédito do sistema financeiro atingiu R\$ 3.066 bilhões em janeiro. A relação entre o crédito total e o PIB situou-se em 46,67%, caindo 2,2 p.p. frente a janeiro de 2017. A taxa média geral de juros das operações de crédito do sistema financeiro, computadas as operações com recursos livres e direcionados atingiu 26,3% a.a., e a taxa de inadimplência, 3,4%.

## **Causa**

O volume total das operações de crédito em janeiro diminuiu 0,8% frente ao mês anterior e 0,3% em doze meses. Os empréstimos contratados com recursos livres atingiram R\$ 1.568 bilhões, caindo 1,0% no mês e crescendo 2,3% com relação a janeiro de 2017. No segmento de *pessoa jurídica*, houve retração de 3,2% no mês, totalizando R\$ 710 bilhões. Os empréstimos realizados às *peças físicas* o saldo cresceu 0,8% atingindo R\$ 858 bilhões.

No crédito direcionado houve recuo de 0,5% no mês e de 2,8% em doze meses, chegando a R\$ 1.498 bilhões. Resultado de crescimento mensal 0,3% nos financiamentos a *peças físicas* e recuo de 1,4% para *peças jurídicas*. No segmento de *peças físicas* destacaram os financiamentos de crédito rural e imobiliários. No segmento a *peças jurídicas* o recuo foi influenciado pela retração nos financiamentos do BNDES.

As taxas médias geral de juros aumentaram 0,7 p.p. no mês e diminuíram 6,6 p.p. nos últimos doze meses. Para *pessoa física* a taxa média de juros atingiu 32,3% a.a., com elevação de 0,4 p.p. no mês e contração de 9,9 p.p. em doze meses. Nas *peças jurídicas*, houve acréscimo de 0,7 p.p. no mês e queda de 3,6 p.p. em doze meses, atingindo 17,6% a.a.

No spread bancário ocorreu crescimento de 0,9 p.p. no mês e crescimento de 4,1 p.p. em doze meses, alcançando 19,8 p.p., sendo 10,8 p.p. para *peças jurídicas* e 25,9 p.p. para *peças físicas*. A taxa de inadimplência do sistema financeiro situou-se em 3,4%, com crescimento de 0,2 p.p. no mês e recuo de 0,3 p.p. em doze meses. Para *peças físicas* a inadimplência é de 3,7% e para *peças jurídicas*, 3,0%.

## **Consequência**

O crédito segue em desaceleração, principalmente em decorrência do baixo ritmo de retomada da atividade econômica, para os próximos períodos a tendência é de crescimento lento e gradual.

## **Setor Externo**

### **Nota à Imprensa (Janeiro/2018) - BACEN**

**Fato**

Em janeiro, as *Transações Correntes* registraram *déficit* de US\$ 4,3 bilhões. As *reservas internacionais* aumentaram US\$ 1,7 bilhão, totalizando US\$ 375,7 bilhões.

**Causa**

Nos últimos doze meses o *saldo da conta de transações correntes* acumula *déficit* de US\$ 9,0 bilhões, equivalente a 0,44% do PIB. A *conta de serviços* registrou *déficit* de US\$ 2,8 bilhões no mês, com elevação de 14,0% na comparação com janeiro de 2017. As *despesas líquidas de renda primária* somaram US\$ 4,1 bilhões, com redução de 22,9% na comparação com o mesmo período do ano anterior. A *conta financeira* registrou entrada líquida de US\$ 6,5 bilhões em *Investimentos Diretos no País*, somando US\$ 65,3 bilhões nos últimos doze meses.

**Consequência**

O *déficit em transações correntes* apresenta preocupação muito menor do que nos anos anteriores, decorrente principalmente da *taxa de cambio*.

**Política Fiscal****Nota à Imprensa (Janeiro/2018) - BACEN****Fato**

Em janeiro, o *setor público não financeiro* registrou *superávit* de R\$ 46,9 bilhões, considerando o fluxo de doze meses o acumulado atingiu *déficit* de R\$ 100,4 bilhões (1,53% do PIB). A *dívida líquida do setor público* alcançou R\$ 3.406,9 bilhões (51,8% do PIB), aumentando 0,2 p.p. como *proporção do PIB*, em relação ao mês anterior. O montante dos *juros apropriados* atingiu R\$ 28,3 bilhões, no mês, e R\$ 392,7 bilhões (5,97% do PIB), em doze meses. O *resultado nominal* registrou *superávit* de R\$ 18,6 bilhões e no acumulado em doze meses, o *déficit* atingiu R\$ 493,1 bilhões, 7,49% do PIB.

**Causa**

Na composição do *superávit primário*, o *superávit do Governo Central* atingiu R\$ 36,5 bilhões e o dos *governos regionais*, R\$ 10,5 bilhões, por outro lado as *empresas estatais* tiveram *déficit* de R\$ 126 milhões. Com relação aos *juros apropriados* em janeiro, R\$ 28,3 bilhões, houve recuo de R\$ 5,0 bilhões em relação ao total apropriado em dezembro.

Com relação à *Dívida Líquida do Setor Público* como *percentual do PIB*, o crescimento no mês, foi consequência, da *valorização cambial* e dos *juros nominais*. Em sentido contrário o *superávit primário* e o *crescimento do PIB nominal* contribuíram para a redução.

**Consequência**

Apesar do *superávit primário* obtido no mês, os resultados do setor público ainda apontam *deterioração fiscal*. Para os próximos meses é esperada continuidade na geração de *resultados não financeiros positivos*.